

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

**Abrigo das Letras:
Um projeto para requalificação
da antiga casa Rachel de Queiroz**

Trabalho Final de Graduação apresentado à
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
para conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Romeu Duarte Júnior

Raiza Andrade Benevides

Fortaleza
Janeiro - 2013

**Abrigo das Letras:
Um projeto para requalificação
da antiga casa Rachel de Queiroz**

Este Trabalho Final de Graduação foi submetido à Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Arquiteta e Urbanista, outorgado pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

Data da aprovação ___/___/___

Romeu Duarte Junior
(Orientador)

Margarida Júlia Farias de Salles Andrade
(Professor Convidado)

José Ramiro Teles Beserra
(Arquiteto Convidado)

Agradecimentos:

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu força e coragem para seguir os meus caminhos.

Aos meus pais, pelo exemplo que são de amor, carinho e perseverança. Por me apoiarem durante toda a minha vida pessoal e estudantil, me escutando e compartilhando experiências. À minha mãe, por ter me acompanhado em algumas visitas necessárias à realização de trabalhos no início da graduação e por sempre se manter interessada nos assuntos pertinentes à faculdade. Ao meu pai, pelas palavras sábias nos momentos de desânimo.

Ao meu irmão Lucas por, mesmo sem intenção, me proporcionar momentos de companheirismo e amizade.

Ao Paulo Henrique, pela paciência, pelos gestos de carinho, por sempre me apoiar, me escutar e fazer-se presente nas horas mais necessárias.

À Myria, pelos momentos de descontração e por nunca negar ajuda.

À minha família no geral, pelo exemplo de união e pelos momentos engraçados que proporcionam.

Às minhas amigas de infância, Amanda, Neyara e Laísa, por se fazerem sempre presentes em minha vida.

Aos meus colegas de turma, especialmente minhas amigas Ariadna, Natália, Fernanda e, a mais recente

aquisição, Milena, pelas madrugadas de trabalhos, pelos aniversários, pelas viagens em turma, pela confiança, por partilharem sonhos e conquistas e por extrapolarem os limites da faculdade e tornarem-se verdadeiras amigas.

Ao meu orientador, Romeu, pelo exemplo de paixão pela arquitetura e pelo aprendizado que me proporcionou durante todo o processo deste trabalho.

À professora Margarida, por ter forçado minha turma a escolher o tema do TFG durante o nono semestre e por ter me fornecido muitos dos documentos necessários ao desenvolvimento do trabalho.

Aos professores Paulo Cunha e Ricardo Bezerra, por se mostrarem disponíveis quando precisei.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, um muito obrigada!

Telha de vidro

*Quando a moça da cidade chegou
veio morar na fazenda,
na casa velha...
Tão velha!
Quem fez aquela casa foi o bisavô...
Deram-lhe para dormir a camarinha,
uma alcova sem luzes, tão escura!
mergulhada na tristura
de sua treva e de sua única portinha...
A moça não disse nada,
mas mandou buscar na cidade
uma telha de vidro...
Queria que ficasse iluminada
sua camarinha sem claridade...
Agora,
o quarto onde ela mora
é o quarto mais alegre da fazenda,
tão claro que, ao meio dia, aparece uma
renda de arabesco de sol nos ladrilhos
vermelhos,
que — coitados — tão velhos
só hoje é que conhecem a luz do dia...
A luz branca e fria
também se mete às vezes pelo clarão
da telha milagrosa...
Ou alguma estrela audaciosa
careteia
no espelho onde a moça se penteia.
Que linda camarinha! Era tão feia!
— Você me disse um dia
que sua vida era toda escuridão
cinzenta,
fria,
sem um luar, sem um clarão...
Por que você na experimenta?
A moça foi tão vem sucedida...
Ponha uma telha de vidro em sua vida!*

Rachel de Queiroz

Resumo:

A luta pelo tombamento da antiga residência da escritora Rachel de Queiroz em Fortaleza, no final de 2009, mostra a importância que a cearense obteve a nível nacional e internacional. Entretanto, decorridos quatro anos após seu tombamento, nenhuma providência foi tomada para o restauro e a preservação do bem patrimonial.

O presente trabalho consiste na elaboração de projeto de restauro e requalificação do imóvel tombado, objetivando resgatar a importância da vida e da obra da escritora na memória coletiva do povo cearense. Visa atender à legislação urbana e patrimonial, assim como a necessidade de incorporação de equipamentos de cunho cultural no bairro Henrique Jorge.

A proposta de projeto consiste no restauro da antiga residência da escritora e em sua adaptação para espaço museológico que aborda a vida da cearense. Em edifício anexo à casa, é trabalhada a temática relacionada às obras da escritora. Nesse edifício são inseridos espaços culturais, como a biblioteca de estudos relativos às obras de Rachel de Queiroz e o espaço museológico de caráter temporário. São criados também espaços para lazer, como o restaurante, o anfiteatro e os diversos espaços livres que proporcionam a contemplação do bem tombado.

Palavras-chaves: Patrimônio, Casa Rachel de Queiroz, Museu.

Sumário:

CAPITULO 01

1.1 Apresentação.....	15
1.2 Justificativa.....	16
1.3 Objetivos.....	17
1.3.1 Gerais.....	17
1.3.2 Específicos.....	17

CAPITULO 02

2.1 Contextualização Histórica.....	21
2.2 Referencial Teórico Patrimonial.....	23

CAPITULO 03

3.1 Estudos de caso.....	33
3.1.1 Casa da Cultura do Sertão.....	33
3.1.2 Lar de Idosos da Misericórdia de Alcácer do Sal.....	36
3.1.3 Casa Bandeirista / Pátio Victor Malzoni.....	37

CAPITULO 04

4.1 Referencial técnico.....	41
4.1.1 Bairro.....	41
4.1.2 Projeto Parque Rachel de Queiroz.....	41
4.1.3 Terreno.....	43
4.1.4 Legislação.....	43
4.2 Mapa de danos.....	45
4.2.1 Apresentação.....	45
4.2.2 Descrição do imóvel e de sua ambiência.....	47
4.2.3 Descrição do estado atual de conservação do bem.....	47
A) Implantação, Partido e Programa.....	47
B) Descrição das fachadas.....	48
C) Sistema construtivo e Materiais de acabamento.....	54

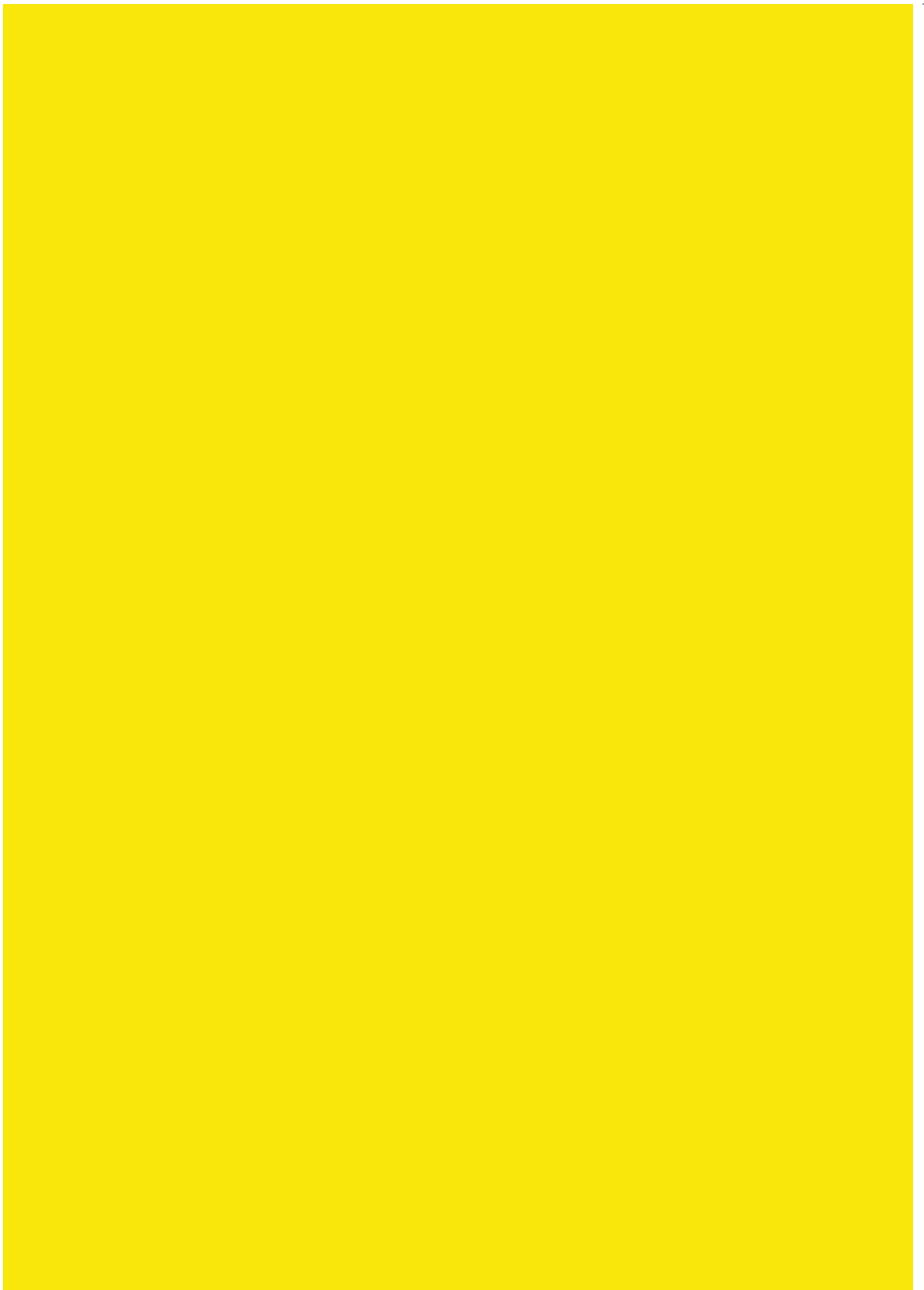
4.2.4 Hipótese de restauro.....	55
A) Fachadas.....	55
B) Planta.....	55
C) Coberta.....	56
D) Estrutura.....	56
E) Esquadrias.....	56
F) Pisos.....	56
4.2.5 Definição da área de entorno.....	56
4.2.6 Considerações finais.....	58
4.3 Programa de Necessidades.....	59
4.4 Fluxograma.....	60

CAPITULO 05

5.1 Projeto.....	65
5.1.1 Partido arquitetônico.....	65
5.1.2 Materiais.....	67
5.1.3 Estrutura.....	68
5.1.4 Projetos complementares.....	69
5.2 Imagens do projeto.....	70

CAPITULO 06

6.1 Considerações Finais.....	75
6.2 Referências.....	76



capítulo 1



1.1 Apresentação:

O presente trabalho é parte integrante do Trabalho Final de Graduação (TFG), relativo ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC). Aborda a temática da preservação de um bem patrimonial tombado recentemente, a antiga casa onde morou a escritora cearense Rachel de Queiroz, levantando questões relativas à construção da ideia de patrimônio ao longo da história e a inserção de bens de valor patrimonial no contexto das cidades atuais.

Objetivando resgatar a importância da vida e da obra da escritora na memória coletiva do povo cearense, o trabalho consiste na elaboração do projeto arquitetônico de restauro da sua antiga residência, além da adaptação desta para novos fins, e da construção de edifício anexo para atendimento integral do programa de necessidades.

Em relação à metodologia, o desenvolvimento do trabalho se deu, primeiramente, através de pesquisas relativas à vida da escritora Rachel de Queiroz e do bem tombado em questão. Posteriormente, buscando justificar o tema abordado, alguns dos principais teóricos foram estudados, assim como as contribuições que desempenharam perante as intervenções em bens patrimoniais. Foram levantados alguns projetos como estudos de caso, com a finalidade de embasar o programa de necessidades e construir referências vi-

suais para o projeto arquitetônico. A legislação, tanto urbana como patrimonial, também foi levada em consideração no desenvolvimento do projeto de requalificação. Documentos como as cartas patrimoniais foram objetos de pesquisa de extrema importância, já que essas orientaram o modo de intervir no bem tombado.

1.2 Justificativa:

A casa da escritora, também conhecida como “Sítio Pici” ou “Casa dos Benjamins”, é um bem tombado em outubro de 2009 pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. O edifício abrigou a família Queiroz a partir de 1927 e foi no local onde a escritora escreveu seu primeiro romance regionalista, “O Quinze”, aos 20 anos. Entretanto, apesar do tombamento, nenhuma iniciativa para a restauração e requalificação da casa, que está cada vez mais deteriorada, bem como do seu entorno foi sequer providenciada.

A proposta de requalificação do imóvel vem como uma iniciativa para conservação e utilização do bem pela sociedade, que lutou pelo tombamento da residência desde a década de 1980. É, portanto, de interesse da população do bairro que sua restauração e utilização sejam promovidas, fato este que fortalece a iniciativa do projeto.

É também constatada a necessidade de um equipamento de cultura e lazer no bairro; desse modo, o projeto em questão busca conciliar a necessidade de preservação do patrimônio e de incorporar novas atividades relacionadas à cultura, à memória e à identidade do bairro.

1.3 Objetivos:

1.3.1 GERAIS:

Incentivar a preservação e valorização da memória, da literatura e da arquitetura cearense.

Fixar as bases para a compreensão das relações estabelecidas entre desenho, obra e memória social.

1.3.2 ESPECÍFICOS:

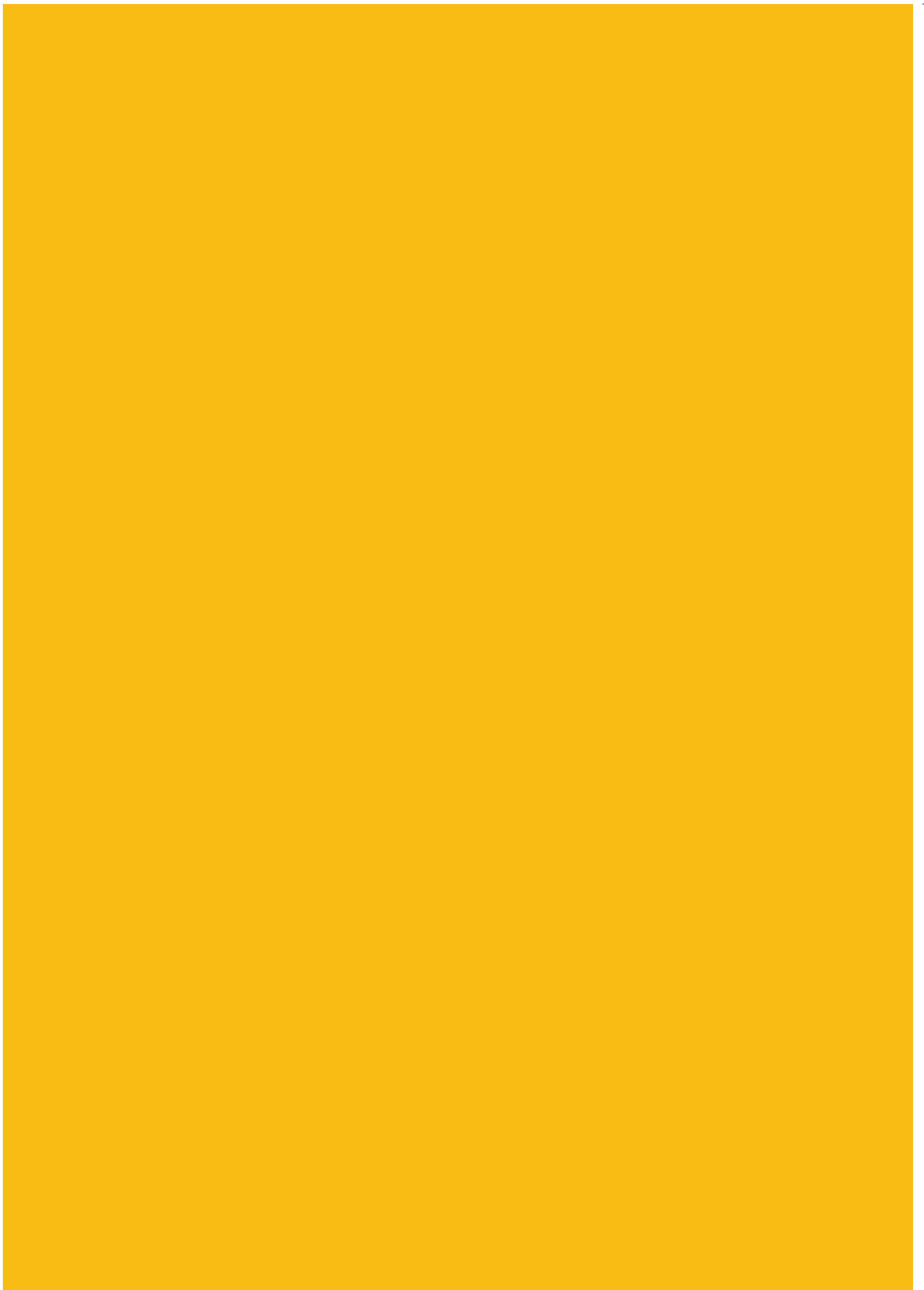
Resgatar a importância histórica, cultural e simbólica do edifício tombado.

Restaurar a antiga casa onde morou a escritora e adaptá-la a um equipamento público de cunho cultural e de fins de promoção social.

Destacar a importância da escritora cearense Rachel de Queiroz no cenário da literatura brasileira, utilizando o espaço da sua antiga casa como abrigo para o desenvolvimento de atividades culturais.

Oferecer à comunidade do bairro Henrique Jorge e à cidade um equipamento cultural atuante e de múltiplas atividades, contemplando-se carências sociais.

Urbanizar a área em torno do bem imóvel tombado, com sua valorização paisagística como espaço de uso público.



capítulo 2



2.1 Contextualização Histórica:

Rachel de Queiroz, cuja avó materna era prima do escritor José de Alencar, nasceu em 17 de novembro de 1910 em Fortaleza, mas passou parte da infância e adolescência em Quixadá, na fazenda dos pais. Aprendeu a ler, cavalgar e a nadar com seu pai, Daniel de Queiroz, que se dedicou pessoalmente à sua educação. Aos cinco anos, Rachel leu “Ubirajara”, de José de Alencar, “obviamente sem entender nada”, como destacava a escritora.

Durante a sua infância, Rachel e sua família residem em diversos locais do país, como Rio de Janeiro, Belém do Pará, Guaramiranga e Quixadá. Foi nesta última que a escritora, aos quinze anos, tornou-se professora do Colégio Imaculada Conceição, concluindo assim sua formação escolar.

Na fazenda dos pais, em Quixadá, dedica-se inteiramente à leitura, fato este que estimula seus primeiros textos. A partir de 1927, começa a escrever regularmente para o jornal “O Ceará”, organizando neste uma página dedicada à literatura. No período, seus pais adquirem o “Sítio Pici”, em Fortaleza, para onde a família se transfere.

Aos vinte anos, suspeita de ter tuberculose, Rachel se vê obrigada a repousar. Resolve, então, começar a escrever seu primeiro romance, “O Quinze”, que trata sobre a seca de 1915, vivenciada pela autora quando ainda criança. Seus pais financiam a publica-

ção do seu livro e, logo depois, Rachel se torna uma personalidade literária nacional.

A partir de então, a escritora não para mais de escrever. No curso de sua longa vida, suas obras recebem diversos prêmios. Nas décadas seguintes, envolve-se com o Partido Comunista, conhece vários escritores consagrados e tem seus livros, durante o Estado Novo, queimados em Salvador. Foi somente em 1977, aos 67 anos, que entra para a Academia Brasileira de Letras, tornando-se a primeira mulher a ser eleita para tal.

Rachel faleceu dois dias antes de completar 93 anos, em 2003, mas sua obra permanece atual e consagrada pelos críticos por tratar de temas característicos do Nordeste em uma linguagem enxuta e viva, que retrata o flagelo da seca, o coronelismo e a preocupação com os traços psicológicos do homem da nossa região.

Quando Papai comprou o Pici - o nosso sítio, perto de Fortaleza-, lá se encontrou a velha casa do antigo proprietário, o padre Ferreira da Cunha. (...) Quando compramos o sítio, já ele não pertencia mais ao padre, mas a um novo proprietário, José Guedes. Tinha açude, pomar, baixio de cana, num vale fresco e ventilado, para os lados da lagoa de Parangaba. (...) Fizemos então a nova casa, enorme, um vaticano, salas largas, rodeada

de alpendres, como nós gostávamos. Foi lá que escrevi O Quinze. Muito perseguida, pois minha mãe me obrigava a dormir cedo –‘essa menina acaba física’-; quando todos se recolhiam, eu me deitava de bruços no soalho da sala, junto ao farol de querosene que dormia aceso (ainda não chegara lá eletricidade), e assim, em cadernos de colegial, a lápis, escrevi o livrinho todo. [1]

O “Sítio Pici” foi adquirido pelo pai de Rachel de Queiroz em 1927 para facilitar o acesso dos filhos aos estudos. No local, Rachel escreveu o livro “O Quinze”, casou-se com José Auto, em 1932, e teve sua filha Clotildinha (1933), que faleceu dois anos depois. Após a morte de sua mãe, em 1954, Rachel e os irmãos fizeram a partilha das terras e venderam o “Sítio Pici”.

No final da década de 1970 o sítio foi loteado, porém, a casa permaneceu. Atualmente, a casa, que se encontra na Rua Antônio Ivo, 290, no Henrique Jorge, encontra-se bastante modificada e desgastada. Entretanto, ainda encontram-se vestígios da arquitetura original

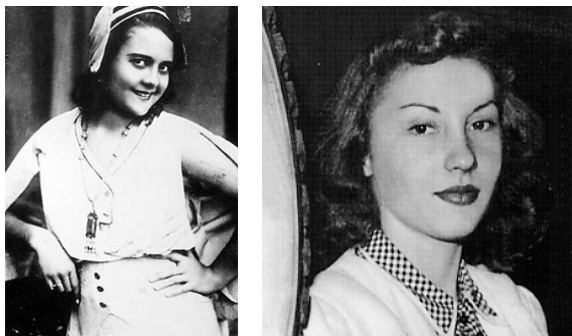


Figura 01: Rachel de Queiroz.
Fonte: www.varaldobrasil.com

da época de sua construção e dos quatro pés de benjamin centenários plantados pela mãe de Rachel, Dona Clotilde. De acordo com Lúcia Vasconcelos, que compõe o Espaço Cultural Tito de Alencar (Escuta):

Ainda tem famílias morando. Era uma que foi crescendo e dividindo o espaço com os filhos, netos. A casa está desprovida de cuidados e está no espaço bem menor do que era. Ficou praticamente só a casa e está bastante deteriorada. Lutamos pela preservação das três árvores de benjamins e que lá seja construído um espaço cultural. Há essa necessidade de lazer para o bairro. Como ainda resta verde, queríamos preservá-lo. [2]

É, portanto, pelo seu alto valor histórico, cultural e simbólico que, em 2009, a residência foi tombada pelo município. De acordo com Cleudeni de Oliveira Aragão, doutora em Literatura e professora da Universidade Estadual do Ceará:

Esse tombamento é importante porque Rachel é uma das principais representantes da literatura brasileira. Ela é uma grande escritora, mas que o Ceará ainda deve muito. Ainda não há estudos necessários, não existe um memorial. Fortaleza não sabe bem preservar sua história. No entanto, o tombamento já é um começo. [2]

2.2 Referencial Teórico Patrimonial:

O patrimônio cultural edificado vem, há muito tempo, sendo progressivamente motivo de valorização e consideração no âmbito da política urbana. Iniciando-se no século XV, em pleno Renascimento, na Europa, foi no século XIX que pensadores como Viollet-le-Duc, John Ruskin, William Morris, Alöis Riegl e Camilo Boito estabeleceram “maneiras” de se pensar e trabalhar diante de edifícios que faziam parte do acervo cultural, histórico e afetivo da sociedade. A proteção desses edifícios começa a ser estruturada e então posturas, legislações e atitudes mais abrangentes e concretas são postas em prática ao longo do tempo. Posteriormente, surgem as cartas patrimoniais; dentre as mais importantes, se destacam as de Atenas (1931), Veneza (1964) e Burra (1980), entre outros documentos produzidos por diversos países. Esse conjunto de medidas buscava discutir a preservação de prédios e conjuntos urbanos detentores de valor histórico para as cidades, onde, muitas vezes, a falta de uma orientação possibilitou sua descaracterização quando não a sua própria demolição.

Um dos primeiros e mais influentes teóricos do restauro, durante o século XIX, foi o parisiense Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, que, além de arquiteto, era desenhista, crítico e historiador da arte. Trabalhou principalmente em obras que envolviam o restauro de edifícios medievais, pois era um grande

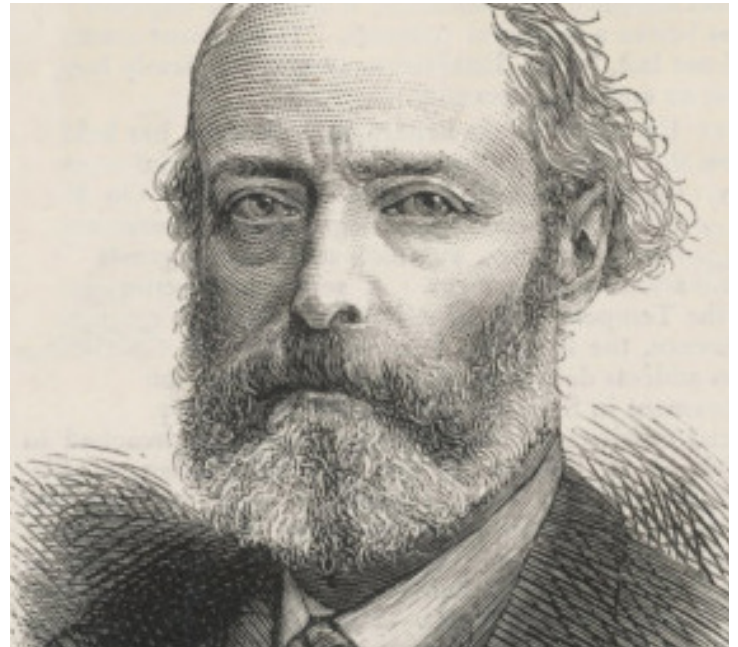


Figura 02: Viollet-Le-Duc.
Fonte: <http://www.allposters.com>

admirador do estilo gótico e um profundo conhecedor de técnicas construtivas retrospectivas.

Em suas obras, defendia a retirada de todos os acréscimos de épocas anteriores, de modo que o edifício se apresentasse na sua forma mais pura, o que não necessariamente seria igual à sua forma original. Nas palavras de Eduarda Luso, Paulo Lourenço e Manuela Almeida:

Era necessário conduzir o monumento ao estado mais puro, mesmo que ele nunca tenha existido, o que implicava que o arquitecto restaurador tivesse que se colocar na pele do projectista da obra original e perceber quais seriam as suas ideias para continuar a obra, mediante documentos e desenhos, ou na sua falta, através de regras de

estilo ou edifícios circundantes, sem acrescentar contributos pessoais. [3]

Uma das maiores contribuições de Viollet-le-Duc ao restauro atual foi o rigor nos estudos que precedem qualquer intervenção e o destaque dado às modificações. Nas palavras de Rogério de Oliveira:

Viollet-le-Duc acreditava que o arquiteto encarregado de uma restauração, além de ser um construtor de prática reconhecida, deveria dominar todos os estilos e escolas dos diversos períodos da arte, como também, conhecer noções básicas de arqueologia. Assim, o arquiteto restaurador seria escrupuloso o bastante para diferenciar o antigo do novo, fazendo com que se sobressaísse os traços das modificações ao invés de dissimulá-los. [4]

No mesmo período de Viollet-le-Duc, surgem outras correntes de restauro na Inglaterra. Os seus principais protagonistas foram John Ruskin e William Morris, ambos contrários às idéias do



Figura 03: John Ruskin
Fonte: <http://www.theguardian.com>



Figura 04: William Morris
Fonte: <http://www.vam.ac.uk>

arquiteto francês. Para Ruskin, escritor, crítico de arte e sociólogo que valorizava extremamente o trabalho dos construtores e artífices, “a produção industrial era considerada uma falsidade, numa época em que se vive um período de grande desenvolvimento industrial e a fabricação manual é substituída pela maquinaria.” [3] Morris, um dos seguidores de Ruskin, político, designer e também crítico de arte, opondo-se à produção em série, criou o movimento *Arts and Crafts*, que pretendia conservar as características das atividades artesanais e da arquitetura tradicional. Para essa corrente, as obras do passado deveriam ficar intactas; logo, eram contra os trabalhos de restauro, excetuando-se aqueles relativos à consolidação de ruínas. Em suas palavras, “restaurar um edifício é um sacrilégio. É como tentar ressuscitar um morto”. Liderado pelas idéias de Ruskin e Morris, surgiu na Inglaterra a tendência que ficou conhecida por Movimento Anti-Restauro.

No final do século XIX e início do século XX, na Itália, surge uma geração de arquitetos preocupados com a defesa da conservação e reparação dos edifícios históricos baseados nos princípios de Camillo Boito. Boito, que era arquiteto e engenheiro, estudou música e literatura, tendo ainda frequentado o curso de Belas Artes em Veneza e sido professor de arquitetura, tinha uma profunda admiração por Viollet-le-Duc. Entretanto, algumas de suas premissas iam de encontro com as do francês. Ele e seus seguidores defendiam intervenções restauradoras a nível intermediário, admitiam o trabalho de restauro em último caso, e, ao contrário de Viollet-le-Duc, consideravam os acréscimos de épocas posteriores como testemunhos da história do monumento. Foram os seus princípios que vieram a servir de base para as teorias atuais.

(...) Inicialmente, o Ministério da Instrução Pública de Itália, e depois gradualmente toda a Europa, assumiu os seus postulados. O governo italiano estabeleceu a lei para a conservação dos monumentos e dos objectos de antiguidade e arte, seguindo as normas e os conselhos estabelecidos por Boito. Como aspectos mais relevantes, salientam-se os seguintes: (a) deverão limitar-se as intervenções ao mínimo possível, mas caso se executem têm de ser bem identificadas; (b) deverá ser visível a diferença entre as partes antigas e as novas; (c)

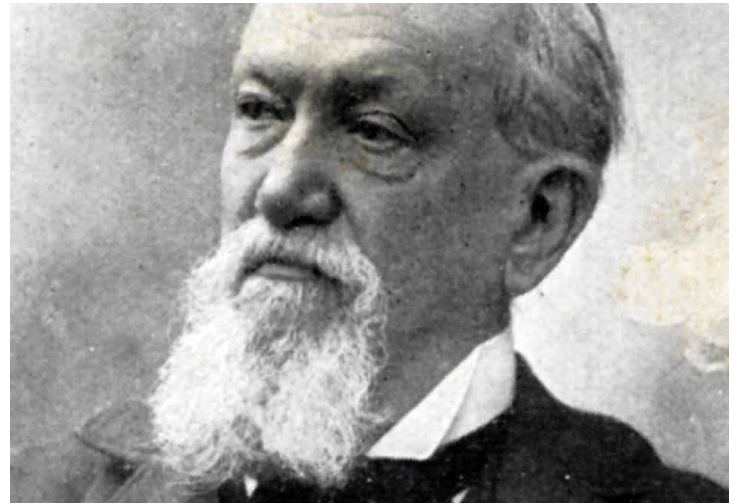


Figura 05: Camillo Boito.
Fonte: <http://it.wikipedia.org>

deverá ser visível a diferença entre os materiais modernos e os originais aplicados nas diversas obras; (d) as partes que foram eliminadas, deverão ser expostas num lugar próximo ao monumento restaurado; (e) deverá ser feito o registro da intervenção acompanhada de fotografias das diversas fases dos trabalhos, colocadas no próprio monumento ou num lugar público próximo; (f) deve-se assinalar ou gravar a data de execução das intervenções no edifício numa epígrafe descritiva da actuação. [3]

Posteriormente, na Itália, o arquiteto, engenheiro civil, historiador, urbanista e crítico de arquitetura, Gustavo Giovannoni, marcou o restauro durante a primeira metade do século XX. Giovannoni tem no urbanismo sua principal área de atuação. Manifestou-se contra os acréscimos, entretanto, caso sejam necessários, deverão ser identificados e datados através da utilização de novos

materiais que se adaptem harmoniosamente aos originais. Foi também de extrema importância na Conferência de Atenas, em 1931, encontro este que foi responsável pela produção do primeiro documento internacional referente às regras de proteção e salvaguarda de monumentos (Carta de Atenas).

No começo do século XX, diante dos diferentes posicionamentos tomados acerca do tratamento dos bens patrimoniais, surgiu a necessidade de estabelecer regras aceitas internacionalmente acerca da preservação desses bens. O primeiro documento criado que discutiu a tutela e o restauro dos monumentos arquitetônicos foi a já citada Carta de Atenas, em 1931. Sua elaboração teve a participação somente de vinte países, todos europeus, mas constituiu estímulo para que outros viessem a fazer o mesmo.

Posteriormente, surgiram diversas outras cartas e recomendações ao longo do século XX, especialmente após 1945, pois, com o término da Segunda Guerra Mundial, as cidades europeias se encontravam bastante degradadas, sendo necessária a recuperação e preservação do patrimônio material que sobreviveu à destruição. Foi também neste período que a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a criação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cul-

tura (UNESCO), “com o objetivo de garantir universalmente a justiça, a lei e os direitos do homem, entre todas as Nações, promovendo a educação, a ciência e a cultura”. [3]

Os diversos documentos produzidos no período abordam, principalmente, questões como a definição do conceito de monumento histórico, o estudo e coleta minuciosa de dados históricos e pesquisas arqueológicas sobre o edifício, além de tratarem sobre os procedimentos relativos às obras de restauro, levando em conta princípios tais como o da reversibilidade e da distinguibilidade.

Atualmente, a visão de conservação e o incentivo a projetos de restauro ou requalificação vem, cada vez mais, tomando forma na realidade das cidades. Entretanto:

Para além dos aspectos teóricos, princípios, gostos ou modas associadas à conservação e restauro de um imóvel degradado, destruído ou até mesmo desaparecido, há também o problema das questões econômicas, que são fundamentais para o sucesso. [3]

A elaboração de projetos dessa natureza possui, na grande maioria dos casos, custos mais elevados que construções de obras novas. Também é importante destacar a falta de mão de obra especializada no assunto. À vista disso, é extremamente necessária a utilização constante do imóvel, justificando, as-

sim, os gastos obtidos com o projeto. Um dos meios de incentivo ao uso é a sua associação a atividades públicas de promoção social, como explicita a Norma de Quito:

Partimos do pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Consequentemente, as medidas que levam à sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles. [5]

De acordo com Denise Capello e Marília Garcia:

Outro grupo que vem ganhando terreno nos últimos anos argumenta que é impossível preservar todo o patrimônio urbano, pois isso implicaria a paralisação da cidade. Devem ser preservados aqueles monumentos que tradicionalmente se caracterizam como pontos de referência e sobre os quais há consenso de que pertencem à memória coletiva. (...) É claro que esses monumentos, mais que nenhum outro, devem ser preservados. Entretanto, por esse critério, é provável, embora não inevitável, que acabem por ser preservadas apenas as edificações e espaços que ocupem grandes áreas. Uma casinha pequena e isolada, por

exemplo, dificilmente fará parte da “leitura da cidade” e no entanto pode apresentar características que a tornem altamente representativa da história da cidade.” [6]

Suzanna Sampaio, acerca do assunto, afirma que:

É a simbologia, entretanto, o valor afetivo que dá aos monumentos seu significado excepcional. Por muito tempo, só as construções, conjuntos e templos erigidos com material precioso foram catalogados como Patrimônio Monumental. Percebe-se hoje que a mais simples e humilde capela, a mais simples das estradas, dos chafarizes, dos jardins em cuja edificação está a manifestação chã e austera, traduzindo na pobreza dos materiais locais, uma comumente unidade, assume também o caráter da consagrada monumentalidade. [7]

Outros pontos levados em consideração são questões como a da utilização e conservação da edificação após o projeto de restauro e adaptação. A função da preservação está intimamente associada à função de uso. A inserção de equipamentos que possam suprir a necessidade do bairro contribui para uma melhor apropriação do projeto pela população, garantindo, dessa forma, sua utilização e, consequentemente, a conservação do objeto arquitetônico. Maria Célia Santos expõe que a ques-

tão da falta de utilização do patrimônio está intimamente ligada à falta de participação do cidadão quando afirma:

Na realidade, o cidadão tem sido excluído do processo de apropriação e da preservação do seu patrimônio. A busca conjunta do exercício da cidadania e da nossa identidade cultural, que deveria ser o objetivo primeiro da nossa política de preservação, não tem sido efetivada. A título de esclarecimento, destacamos que a preservação do nosso patrimônio tem se dado de forma fragmentada, norteadas por uma política de “pedra e cal”, dissociada de uma proposta de preservação de cunho antropológico e social, na seleção dos acervos, tem se priorizado a produção cultural de determinados segmentos da sociedade, como é o caso dos bens culturais produzidos pela Igreja Católica e pela aristocracia rural, seleção esta realizada de forma impositiva e paternalista. É o caso, por exemplo, do patrimônio preservado em nossas “cidades históricas”, onde o destaque é dado aos monumentos religiosos e aos casarões onde habitaram os senhores de engenho e a burguesia comercial, onde os habitantes locais assistem, passivamente, ou ouvem dizer que este ou aquele monumento foi “tombado”, sem sequer entender o sentido do termo e o significado desse ato executado pelas autoridades locais que, posteriormente, na maioria das vezes, culpa a pró-

pria comunidade local pela deterioração desse patrimônio. [8]

A autora também explicita:

Como resultado desse procedimento, temos obtido como resposta o distanciamento cada vez maior do público, porque não refletimos em nossas ações, no fazer do cotidiano dessas instituições, a nossa disposição para um trabalho engajado, comprometido com o público que não deveria ser considerado um simples visitante, mas um elemento participativo (...) [8]

Logo, é constatada a importância da presença da população desde o processo de tombamento às práticas de incentivo à utilização posterior ao restauro.

Atualmente, a preservação patrimonial, muitas vezes, é encarada como uma forma de empecilho para a dinâmica das cidades, pois o tombamento estabelece restrições diante da liberdade que o proprietário tem perante seus bens. A pergunta que surge, portanto, é: para que preservar? Preservar para lembrar o passado, preservar para a memória, preservar para a educação. Nas palavras de Ecléa Bosi:

Ao lado da história escrita, das datas, das descrições de períodos, há correntes de passado que só desaparecem na aparência. E que podem reviver numa rua, numa sala, em certas

peçoas, como ilhas efêmeras de um estilo, de uma maneira de pensar, sentir, falar, que são resquícios de outras épocas. [9]

Dessa forma, é importante entender que o patrimônio é, acima de tudo, um elemento de aprendizado e de identificação com o passado da cidade e, sobretudo, com o passado do próprio habitante da cidade.

Denise Capello e Marília Garcia afirmam que “o reconhecimento da história através do seu visual, só é possível com a preservação do seu patrimônio. E o que é a preservação do patrimônio senão a preservação da nossa própria memória?” [6]. Falar de uma cidade sem patrimônio é, dessa forma, falar de uma cidade que nega sua memória. Memória esta que nos faz entender nosso próprio passado, nos fazendo menos suscetíveis a influências externas e nos deixando mais próximos de uma identidade do povo brasileiro. Logo, é essencial que, ao trabalhar com uma edificação tombada, esses conceitos sejam aplicados de forma a garantir um projeto de qualidade, que incentive seu uso e justifique os gastos investidos em restauração e conservação constantes.



capítulo 3



3.1 Estudos de Caso:

Diversos são os projetos que abordam a temática relativa à criação de museus em antigas residências de escritores. Temos, por exemplo, o museu na casa de Cora Coralina, em Goiás, inaugurado em 1989, ou mesmo o museu onde nasceu o escritor português Fernando Pessoa, em Lisboa. Entretanto, à título de referência conceitual e espacial, são apresentados três projetos bastante diferentes entre si, um deles a tratar de museu na antiga casa de um escritor brasileiro, o outro é uma residência para idosos em Portugal e o último um edifício para salas comerciais.

3.1.1 CASA DA CULTURA DO SERTÃO, MORRO DA GARÇA, MG:

O projeto, datado de 2005 e concluído em 2008, busca aproximar literatura e arquitetura, reconhecendo, na obra literária de João Guimarães Rosa, uma das mais profundas leituras do Brasil.

O centro cultural, que ocupa o casarão onde nasceu o escritor Guimarães Rosa, construído em princípios do século XX, foi inaugurado como museu em 1974. O projeto foi concebido para tornar-se centro de referência da vida e obra do escritor. Tombado pelo patrimônio municipal e reabilitado como área de exposição a partir do projeto de Luís

Figura 06: Casa de Cultura do Sertão.
Fonte: <http://www.casadearquitectura.com>





Figura 07: Imagem mostrando anexo vedado com vidro, muro de pedra e casarão ao fundo.
Fonte: <http://www.casadearquitectura.com>

Antônio Jorge, Flávia Zelenovsky, Cássio Castro e Pedro Dutra Britto, constitui referência importante para o turismo de Minas que, desde a década de 1980, vem se firmando como centro de atração de pesquisadores nacionais e internacionais. A Casa de Cultura do Sertão expõe acervos relativos à cultura local, reúne pesquisadores e promove ações educativas e de difusão cultural sobre o universo do escritor João Guimarães Rosa, possuindo assim uma relação estreita com a comunidade através das programações de ações culturais.

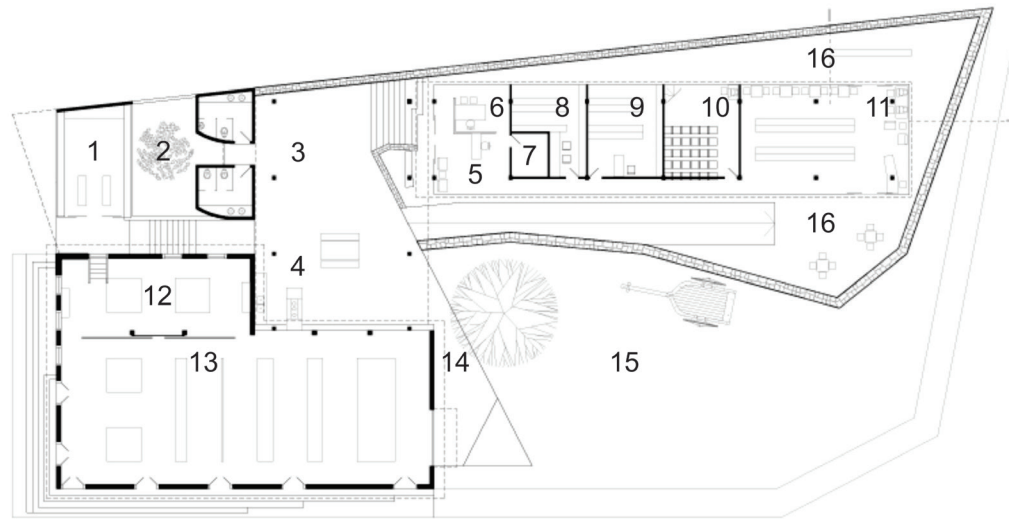
Seu programa de necessidades consiste, além da área de exposições localizada no casarão, em área administrativa, loja de artesanato, biblioteca, ateliê e sala multimídia.

O projeto se desenvolve em dois volumes, casa e anexo, e toma partido

do desnível do terreno para criar construções que não ultrapassem o gabarito do casarão, dando assim destaque ao mesmo, pois possibilita diversos pontos de vista para o imóvel tombado. Utiliza-se de linguagem contemporânea sem deixar de ser regional, através da mistura de materiais como concreto, vidro e materiais locais (madeira e pedra).

A inserção de um muro de pedras circundando o anexo ao mesmo tempo em que cria um espaço mais íntimo que pode ser utilizado para exposições ao ar livre, esconde a edificação recente, não criando conflito visual com o edifício tombado.

Figura 08: Planta Casa da Cultura do Sertão. Muro de pedra e desníveis dão destaque à edificação tombada, criando diversos pontos de observação para o imóvel.
 Fonte: <http://www.casadearquitectura.com>



- | | | |
|-------------------------|----------------------------|-----------------------|
| 1 - Loja de artesanato | 7 - Almojarifado | 13 - Exposições |
| 2 - Pátio | 8 - Centro de documentação | 14 - Palco/Vitrine |
| 3 - Avarandado | 9 - Reserva Técnica | 15 - Praça/Átrio |
| 4 - Cozinha Caipira | 10 - Multimídia | 16 - Pátio de Leitura |
| 5 - Recepção/Secretaria | 11 - Biblioteca | |
| 6 - Diretoria | 12 - Ateliê | |

Figura 09: Corte Casa de Cultura do Sertão.
 Fonte: <http://www.casadearquitectura.com>

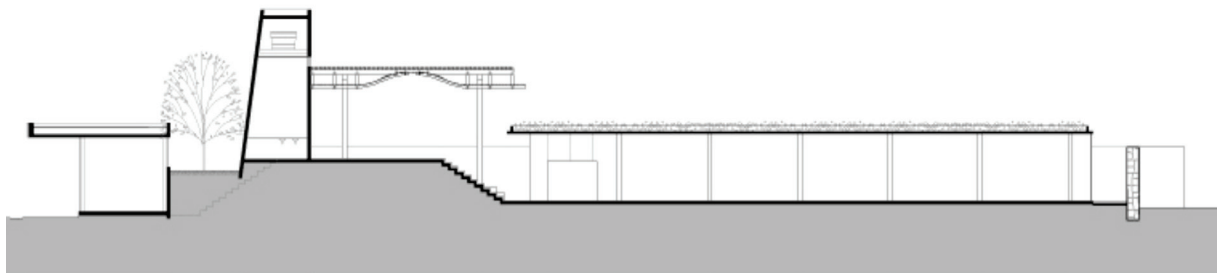


Figura 10: Fachada Casa de Cultura do Sertão.
 Fonte: <http://www.casadearquitectura.com>

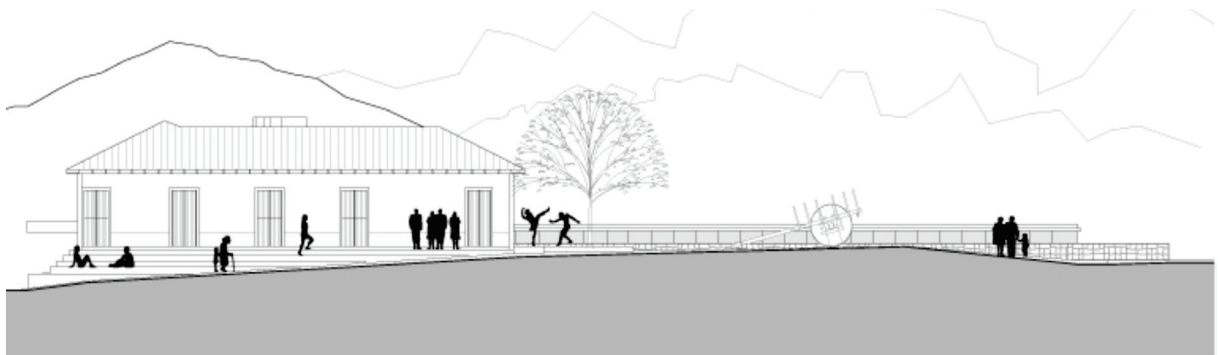




Figura 11: Lar de Idosos da Misericórdia de Alcácer.
Fonte: <http://ultimasreportagens.com>



Figura 12: Lar de Idosos da Misericórdia de Alcácer.
Fonte: <http://ultimasreportagens.com>



Figura 13: Lar de Idosos da Misericórdia de Alcácer.
Fonte: <http://ultimasreportagens.com>



Figura 14: Lar de Idosos da Misericórdia de Alcácer.
Fonte: <http://ultimasreportagens.com>

3.1.2 LAR DE IDOSOS DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL, PORTUGAL:

Projeto desenvolvido pelo arquiteto Aires Mateus em 2006 e construído em 2010, destinado para a residência de idosos. É uma leitura bastante cuidadosa da vida de um tipo muito específico de comunidade e, apesar de não tratar da temática patrimonial, este projeto possui muitos dos conceitos que serão abordados no tratamento do projeto da antiga residência da escritora Rachel de Queiroz.

O edifício assume-se como um muro que surge naturalmente da topografia do terreno. Pela sua forma irregular e por estar implantado em um terreno com muitas curvas de nível, proporciona espaços e visões diferenciados de cada ponto do edifício.

Utilizando-se de materiais bastante tradicionais, cria, através da sua composição de fachada, uma “trama”, um “rendilhado”, que garante ao edifício um ar de moderno e dá unidade ao conjunto da obra. Os cheios e vazios criados nas fachadas pelas reentrâncias das janelas em vidro proporcionam um jogo de claro e escuro característico das obras do arquiteto.

3.1.3 CASA BANDEIRISTA / PÁTIO VICTOR MALZONI, SP:

Projeto de restauro de casa tombada do século XVIII e construção de edifício de salas comerciais na Av. Faria Lima, em São Paulo. Apesar de se distanciar do tema abordado no trabalho em relação ao programa de necessidades, o projeto trabalha diversos conceitos importantes em relação à intervenção em imóveis tombados.

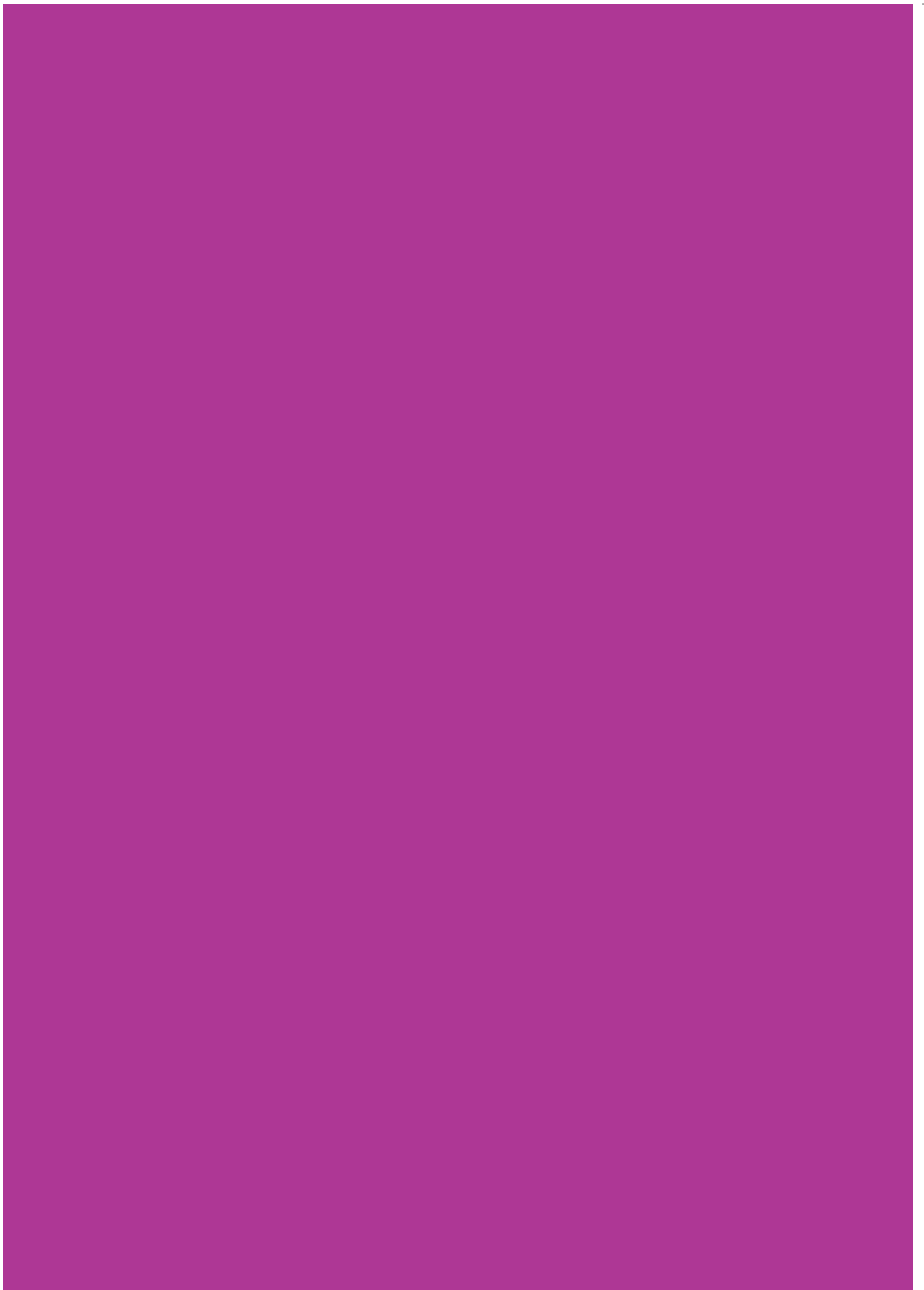
A Casa Bandeirista, após ter sofrido diversas intervenções ao longo dos séculos, foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) em 1982, que definiu um raio de 10 metros como área em que nada poderia ser construído, afim de não pre-

judicar a visão do imóvel. Posteriormente, um grupo saudita adquiriu o terreno e propôs a construção de duas torres de 19 andares e 80.000 m². A prefeitura autorizou o projeto desde que a casa fosse restaurada.

O edifício, concluído em 2011, possui duas torres de 19 andares e um edifício suspenso sobre o vão livre, com 11 pavimentos, formando um pórtico. O pórtico, juntamente com a fachada de vidro reflexivo, tem o intuito de destacar o edifício tombado, não impedindo sua visualização nem restringindo o acesso ao público, já que o terreno se “abre” para a cidade, conciliando público e privado.



Figura 15: Imagem do projeto.
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>



capítulo 4



4.1 Referencial Técnico:

4.1.1 BAIRRO:

O imóvel tombado encontra-se na Zona Oeste da cidade de Fortaleza no bairro Henrique Jorge, cujo nome foi dado em homenagem a um músico, amigo da escritora Rachel de Queiroz, que fez parte da história do local.

Quanto à mobilidade urbana, o bairro possui uma boa conexão de transporte coletivo, o que possibilita acessar o Centro de Fortaleza, via Antônio Bezerra ou Parangaba, bem como outros bairros limítrofes, além de ter uma linha própria de ônibus.

Quanto aos equipamentos, o bairro possui diversos estabelecimentos comerciais, como supermercados, farmácias, locadoras e academias, além

de ter um grande polo de confecções. Existem cerca de 10 colégios e creches particulares e 6 colégios públicos, entretanto há a carência de equipamentos culturais e espaços para lazer. A inserção de um projeto para requalificação da antiga residência da escritora, além de contribuir para a memória da cidade, tenta suprir essa necessidade de espaços voltados para a cultura e o lazer.

4.1.2 PROJETO PARQUE RACHEL DE QUEIROZ:

No bairro, nas proximidades do terreno trabalhado, há um recurso hídrico chamado Riacho Cachoeirinha, afluente do Riacho Alagadiço que por sua vez é afluente do Rio Maranguapiño. Por haver pouco investimento público, o riacho sofre pelo descaso do



Figura 16: Mapa com destaque para o bairro Henrique Jorge.
Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.3 TERRENO:

O terreno encontra-se entre as ruas Antônio Ivo e Noel Rosa e tem essa última rua como via principal de acesso. No seu entorno se encontram essencialmente residências de baixo gabarito, um ou dois pavimentos, e alguns comércios e construções de uso misto, localizados principalmente na Av. Mns. Hipólito Brasil. Na frente do terreno encontra-se uma igreja das testemunhas da Jeová, atrás uma grande área verde por onde se encontra o Riacho Cachoeirinha e algumas residências em sua periferia.

Em relação às condições ambientais, o terreno possui ótimas condições de conforto térmico devido à grande incidência de ventilação, fato esse que induz um projeto que a utilize da melhor forma possível.

4.1.4 LEGISLAÇÃO:

Com base no Plano Diretor Participativo (PDP) de Fortaleza, o terreno está inserido na Macrozona de Ocupação Urbana, mais especificamente, dentro da Zona de Requalificação Urbana I (ZRU-I). Esta zona é caracterizada, de acordo com PDP:

“... pela insuficiência ou precariedade da infraestrutura e dos serviços urbanos, principalmente de saneamento ambiental, carência de equipamentos e espaços públicos, pela presença de imóveis não utilizados e subutilizados e incidência de núcleos habitacionais de interesse social precários; destinando-se à requalificação urbanística e ambiental, à adequação das condições de habitabilidade, acessibilidade e mobilidade e



Figura 19: Mapa com destaque para vias e condicionantes naturais.
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 20: Entorno seguindo pela Rua Antônio Ivo.
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 21: Entorno seguindo pela Av. Mns. Hipólito Brasil e Rua Noel Rosa
Fonte: Elaborado pela autora.

à intensificação e dinamização do uso e ocupação do solo dos imóveis não utilizados e subutilizados.”

Seus parâmetros urbanísticos:

Índice de aproveitamento básico: 2

Índice de aproveitamento máximo: 2

Índice de aproveitamento mínimo: 0,2

Taxa de permeabilidade: 30%

Taxa de ocupação: 60%

Taxa de ocupação do subsolo: 60%

Altura máxima da edificação: 48m

Área mínima do lote: 125m²

Testada mínima do lote: 5m

Profundidade mínima do lote: 25m

De acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) de Fortaleza, o equipamento a ser construído classifica-se:

Grupo: Institucional

Subgrupo: Equipamentos para Cultura e Lazer (ECL)

Atividade: Museu

Classe: 3 (Com porte acima de 1000m²)

Vias: Locais

Recuos (para a Classe 3 e vias locais):

Frente do Lote = 10m

Lateral e Frente do Lote = 5m

4.2 Mapa de Danos:

4.2.1 APRESENTAÇÃO:

Com base na Carta de Veneza (Icomos, 1964), o presente mapa de danos integra documento necessário que acompanha a elaboração de trabalhos de restauração e conservação. De acordo com o seu artigo 16º:

Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhados pela elaboração de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação, recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos, serão ali consignados. Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação.

O documento aqui exposto é, portanto, parte integrante da análise arquitetônica da antiga casa onde residiu a escritora Rachel de Queiroz. Tombada em 2009 pelo município, a residência irá, no presente trabalho de graduação, abrigar projeto de restauração e adaptação, o que lhe conferirá novo uso e justificará seu tombamento.

O imóvel se encontra na Rua An-

tônio Ivo, 290, no bairro Henrique Jorge. Atualmente a casa é de propriedade privada, sendo utilizada como residência para mais de uma família. Apesar de não possuir qualidades arquitetônicas consideráveis, seu tombamento se deu essencialmente pelo seu caráter memorial, afetivo e histórico. De acordo com sua instrução de tombamento:

A Casa de Rachel de Queiroz (Casa dos Benjamins ou Sítio do Pici) expressa, portanto, para toda sociedade as razões de seu cotidiano, o resultado dos conhecimentos experimentados na sua infância vivida no sertão do Ceará, através da escrita do "O Quinze", obra que inaugura discurso crítico e politizado sobre a seca, em especial a que assola os cearenses em 1915.

Cúmplice dos sentimentos, da indignação e dos lances de inspiração da nossa querida escritora, essa Casa é como um livro sem censura que deve ser lido, com certeza, admirado, soletrado, apalpado e guardado, melhor, preservado como elemento de materialidade para o patrimônio histórico e cultural da nossa cidade.

Sua instrução de tombamento também explicita as justificativas do tombamento associadas ao seu caráter simbólico e sua proximidade com recurso hídrico e abundante vegetação:

Sabe-se que a casa onde viveu Rachel de Queiroz não tem importância significativa com relação aos aspectos artísticos e arquitetônicos. No entanto, considera-se relevante o tombamento do imóvel por constituir referencial histórico e simbólico pelo fato de ter pertencido à escritora cearense e por ter sido aí, segundo consta, onde ela escreveu seu famoso romance “O Quinze”.

A casa merece ser tombada e preservada também por localizar-se em sítio aprazível, em meio à área verde de grandes dimensões, que deve ser incorporada ao imóvel, constituindo conjunto de interesse a ser desfrutado pela população, de forma a resgatar valores até agora não devidamente apreciados.

Em entrevista ao Jornal O Povo, a escritora Socorro Acioli afirma:

Eu nunca vou esquecer do impacto que foi para mim dobrar na rua Antônio Ivo e ver, de repente, aquelas árvores enormes, os benjamins, no meio do calçamento, imponentes, sem pedir licença, donas do lugar. E até hoje, todas as vezes que eu vou lá, sinto a mesma emoção. Aquela casa guarda uma memória muito forte, muito importante para todos nós cearenses, brasileiros, leitores.

É, portanto, por esse seu cará-

ter cultural, memorial e afetivo que a residência, apesar de suas dimensões modestas, é considerada monumento histórico. De acordo com a Carta de Veneza:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano e rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

As condições de conservação do imóvel foram analisadas a partir de dados obtidos por visita técnica em junho de 2013, de levantamento fotográfico e de documentos adquiridos na SECULTFOR/PMF, sendo o mais importante desses a instrução de tombamento.

O estado atual de conservação da residência é precário, sendo necessários diversos reparos e supressões de elementos e ambientes criados posteriormente.

A seguir será apresentada a descrição do imóvel com sua ambiência, os problemas de conservação, a hipótese de restauro desenvolvida e a delimitação da área de entorno do imóvel, todos esses seguindo as orientações das car-

tas patrimoniais e as recomendações estabelecidas por sua instrução de tombamento.

4.2.2 DESCRIÇÃO DO IMÓVEL E DE SUA AMBIÊNCIA:

Como já mencionado, a casa situa-se na Rua Antônio Ivo, 290, no bairro Henrique Jorge, próximo ao Jôquei Clube e ao Campus do Pici. Ocupa um lote estreito e profundo (66,00m x 25,00m) em uma quadra de grandes dimensões, onde passa, nos fundos, um trecho do Riacho Cachoeirinha.

O imóvel que foi construído na década de 1930 pertencia à família da escritora e denominava-se Sítio Pici. A propriedade posteriormente foi desmembrada e vendida, ficando a casa restrita ao pequeno lote.

Atualmente, a área no entorno é majoritariamente residencial, com casas térreas, de média e baixa qualidade. Grande parte da quadra original está

desocupada predominando o riacho e a vegetação em abundância.

4.2.3 DESCRIÇÃO DO ESTADO ATUAL DE CONSERVAÇÃO DO BEM:

A) IMPLANTAÇÃO, PARTIDO E PROGRAMA:

A residência, bloco único de apenas um pavimento, está implantada no lote de forma bastante irregular formando um ângulo de $15^{\circ}30'55''$ com relação ao alinhamento da Rua Antônio Ivo. Atribuiu-se a implantação peculiar da edificação à forma de parcelamento do antigo sítio. A residência levanta-se sobre aterro, pois o terreno atrás é passível de alagamento.

De acordo com sua instrução de tombamento:

Na frente do terreno há uma concentração de árvores (ficus benjamins) centenárias que conferem um destaque significativo à casa, proporcionan-



Figura 22: Imóvel tombado.
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 23: Planta atual mostrando compartimentos originais (em amarelo) e os acrescentados (em azul).
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 24: Benjamins Centenários. Fonte: Imagem captada pelo google street view.

do um ambiente sombreado e agradável, ficando por esta razão conhecida também como “Casa dos Benjamins”.

Pelas condições atuais do imóvel, pouco se pode falar sobre o programa original da mesma. Supõe-se que ela abrigava os ambientes que compunham o programa da residência tradicional à época: salas de convivência, quartos, cozinha e banheiro, além da ampla varanda, em forma de “L”.

Devido às diversas intervenções feitas ao longo do tempo e ao estado atual de conservação da casa, não é possível precisar exatamente a sua forma original (...).

Entretanto, pela diferença de espessura das paredes, supõe-se que as alvenarias mais espessas são as que mais se aproximam da forma inicial da casa, enquanto que as mais estreitas foram acrescentadas com passar do tempo.

Além disso, a edificação se encontra em péssimo estado de conservação, sem qualquer tipo de manutenção

realizada nas últimas décadas.

B) DESCRIÇÃO DAS FACHADAS:

De acordo com a instrução de tombamento:

Embora a casa tenha sofrido várias alterações em relação ao seu aspecto original e também bastante desgaste em razão de intempéries e falta de manutenção, ainda foram preservados alguns elementos que revelam a forma inicial da edificação, de desenho bastante singelo e típico da arquitetura residencial cearense.

Pilares, esquadrias, parte da cobertura ainda se mantêm. Na fachada principal, vê-se a varanda, que foi ampliada, com o acréscimo da cobertura e de dois pilares, assim como as portas de acesso (em madeira) e as duas janelas, de veneziana de madeira e vidro. Molduras de pedra foram acrescentadas, formando a guarnição destas esquadrias.

A cobertura da varanda apresenta desenho peculiar na extremida-

de, em forma de leque, acompanhando o desenho do piso.

As fachadas laterais são bastante simples, com poucas aberturas e sem qualquer ornamentação. Acréscimos foram feitos na lateral esquerda da edificação e nos fundos, o que impede a definição da fachada posterior. Não há qualquer revestimento externo, todas as fachadas receberam pintura à base de água.

Em algumas alvenarias são encontradas rachaduras e rebocos cadentes com tijolos à mostra.

Observando o desgaste da pintura das alvenarias, nota-se a presença de cores em tons amarelados. Presume-se que esses possam ser os tons da pintura original da casa.

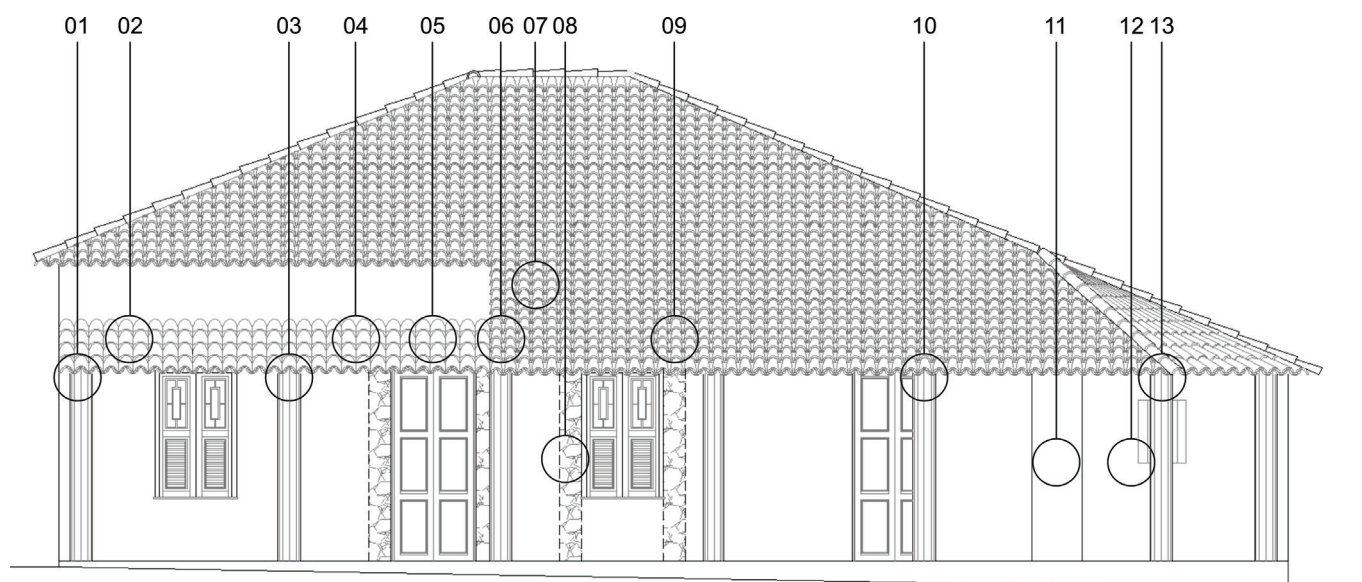


Figura 25: Fachada Sudeste.
Fonte: Imagem retirada da instrução de tombamento.



Figura 26: Danos Fachada Sudeste.
Fonte: Elaborado pela autora.

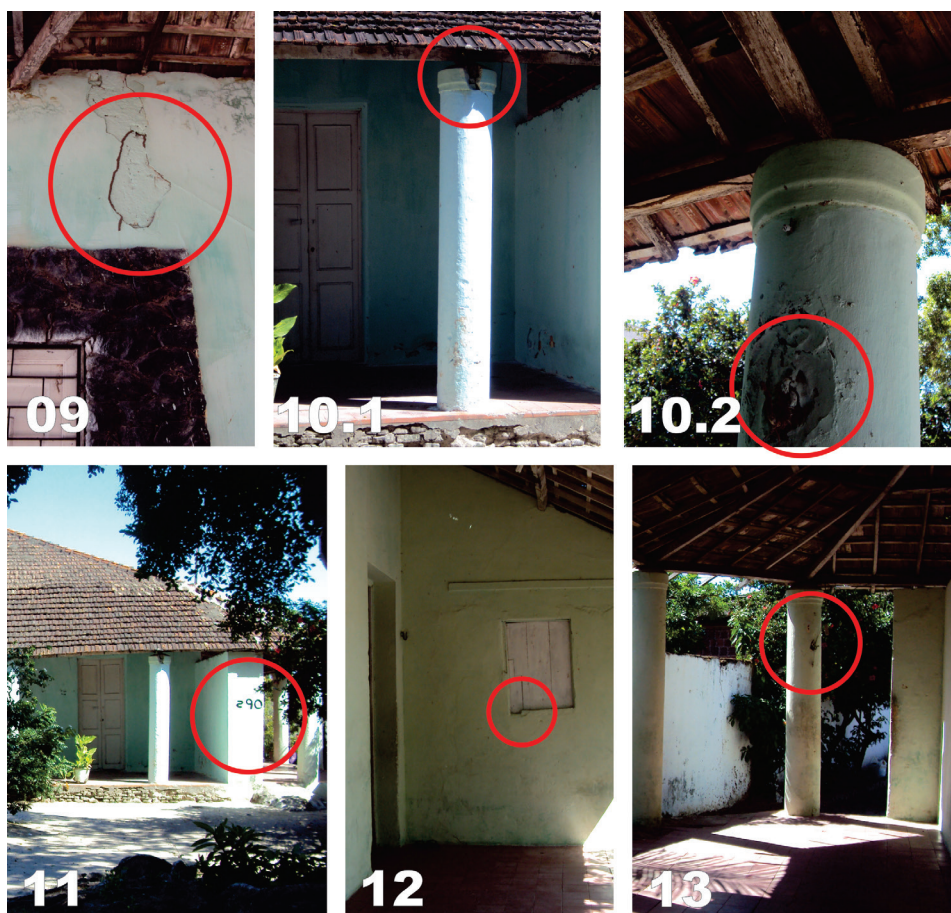


Figura 27: Danos Fachada Sudeste.
Fonte: Elaborado pela autora.

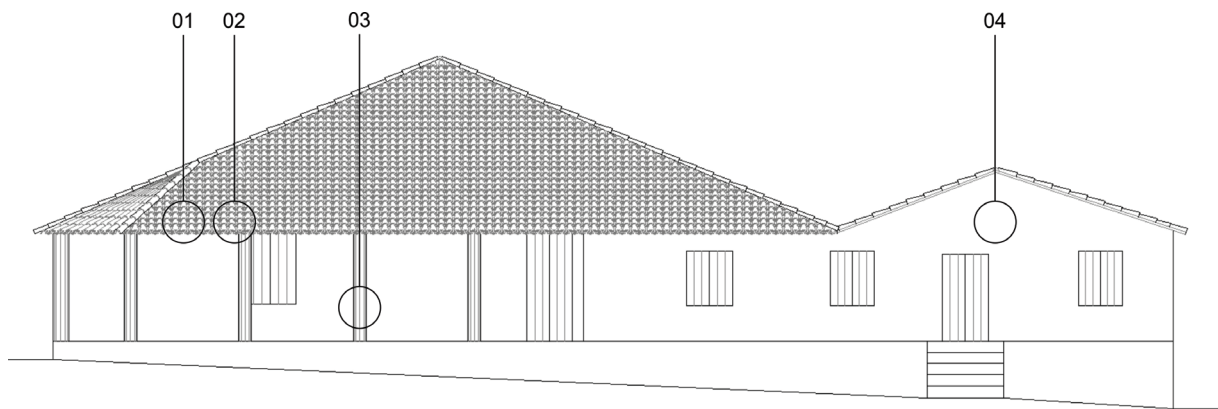


Figura 28: Fachada Nordeste.
Fonte: Imagem retirada da instrução de tombamento.



Figura 29: Danos Fachada Nordeste.
Fonte: Elaborado pela autora.

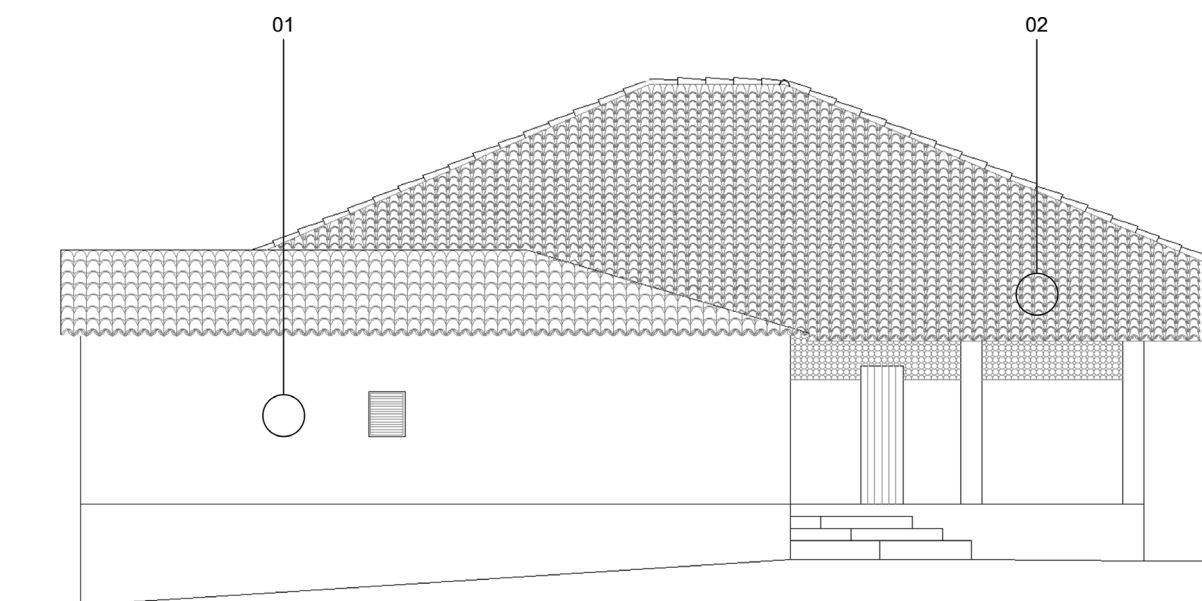


Figura 30: Danos Fachada Noroeste.
Fonte: Imagem retirada da instrução de tombamento.



Figura 31: Danos Fachada Noroeste.
Fonte: Elaborado pela autora.

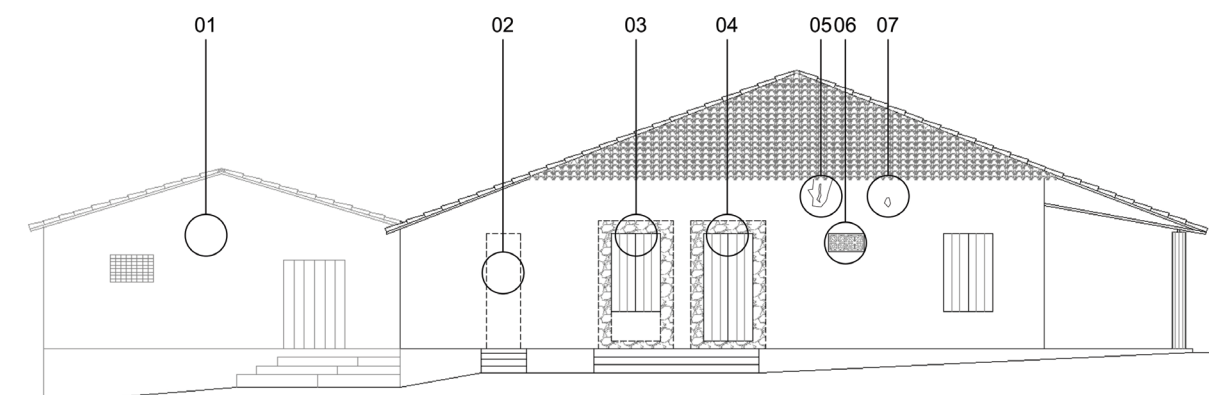


Figura 32: Danos Fachada Sudoeste.
Fonte: Imagem retirada da instrução de tombamento.



Figura 33: Danos Fachada Sudoeste.
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 34: Presença de tons amarelados na fachada.
Fonte: Elaborado pela autora.

C) SISTEMA CONSTRUTIVO E MATERIAIS DE ACABAMENTO:

De acordo com a instrução de tombamento:

A edificação possui como sistema estrutural a alvenaria de tijolo auto-portante. Os pilares da varanda, circulares, com aproximadamente 50 cm de diâmetro, são também em alvenaria (...).

Existem pilares desgastados, com a presença de rachaduras e capitéis destruídos. Há também um pilar jogado à frente do jardim.

Os acréscimos realizados são

identificados por meio da espessura das paredes e do tipo de cobertura. A cobertura original é composta por telha Marselha (Santa Therezinha - Ceará), que identifica a época da construção, ou seja, após 1925. Além de bastante alterada, com a complementação por outro tipo de telhas (tipo capa-canal) nas partes construídas posteriormente. Parte da cobertura nos fundos da casa foi demolida e substituída por telha de fibro-cimento. A cobertura, no geral, está comprometida, sobretudo no que se refere ao madeiramento, evidenciando o ataque de térmitas em suas peças.

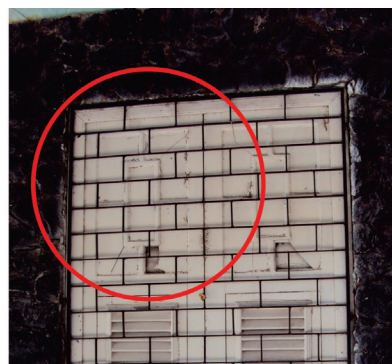
De acordo com sua instrução de tombamento:



Pilar abandonado no jardim



Vidro janela - 2007



Vidro janela - 2013



Piso interno



Piso varanda



Coberta varanda
Telha marselha

(...) As esquadrias externas são em madeira, sendo as da frente com detalhes em vidro. As internas, originais, possuem bandeira trabalhada com detalhes em madeira.

(...) também é visível o mau estado de conservação, tendo sido algumas substituídas por outras de qualidade duvidosa. Algumas delas, na fachada, foram entaipadas.

O piso da residência era revestido com ladrilho hidráulico, que ainda se mantém em algumas partes dos ambientes. Entretanto, grande parte foi removida, substituída por cerâmica de baixa qualidade.

4.2.4 HIPÓTESE DE RESTAURO:

A hipótese de restauro segue a lista de recomendações propostas pela instrução de tombamento.

De acordo com o artigo 23 da Carta de Burra (Icomos/Austrália, 1980), “qualquer intervenção prevista em um bem deve ser precedida de um estudo dos dados disponíveis, sejam eles materiais, documentais ou outros (...)”. Portanto, antes do início dos trabalhos de restauro, a casa deverá ser objeto de prospecções, a fim de se obter maior conhecimento sobre o objeto arquitetônico enfocado, no que tange ao seu uso original, aos compartimentos, abertu-

ras, materiais de acabamento, coberta, fachadas e tratamento cromático das superfícies.

A) FACHADAS:

Reparar as alvenarias (paredes e colunas) componentes das fachadas, corrigindo o seu prumo e o seu estado de conservação;

Retirar as molduras de pedra dos vãos das esquadrias e seus gradis de proteção;

Refazer o reboco das paredes, conforme traço original;

Pintar todo o imóvel após estudo de prospecção das cores das fachadas, a fim de torná-las mais próximas das cores originais utilizadas;

B) PLANTA:

Retirar todas as esquadrias e paredes que foram acrescentadas posteriormente, estas identificadas mediante o cotejamento da diferença de suas espessuras com relação às das paredes originais;

Retirar a parede que divide a varanda em duas, pois essa provavelmente foi acrescentada a fim de dividir a residência para as famílias que atualmente

moram lá;

C) COBERTA:

Recuperar todo o madeiramento da cobertura, pois esse se encontra em estado precário. Aproveitar as telhas originais, já que estão em bom estado de conservação;

Retirar estrutura de cobertura construída posteriormente na varanda da fachada sudeste e reconstruí-la conforme inclinação do telhado;

Reconstruir cobertura que foi substituída por telha de fibrocimento, de forma a restaurar sua forma original;

D) ESTRUTURA:

Reconstruir os capitéis de alguns dos pilares com base na forma com que se apresentam os pilares da fachada nordeste;

Reparar as rachaduras dos pilares e, através de prospecções, pintá-los em suas cores originais. Quando impossível, refazer os pilares segundo desenho original, garantida sua distinguibilidade;

E) ESQUADRIAS:

Recuperar as esquadrias origi-

nais existentes, no que se refere ao madeiramento, às venezianas, aos vidros e à pintura;

Substituir as esquadrias novas por outras semelhantes às originais;

F) PISOS:

Conservar os pisos de ladrilho remanescentes. Retirar o piso em cerâmica que foi acrescentado ao longo do tempo, substituindo essas peças por piso semelhante ao original, garantida sua distinguibilidade.

4.2.5 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ENTORNO:

De acordo com a Declaração de Xi'an (Icomos, 2005), o entorno de um imóvel tombado se define como:

(...) o meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar.

Mas, além dos aspectos físicos e visuais, o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim



Figura 36: Poligonal de entorno. Imóvel tombado em amarelo.
Fonte: Elaborado pela autora.

como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica.

(...)

Compreender, documentar e interpretar os entornos é essencial para definir e avaliar a importância como patrimônio de qualquer edificação, sítio ou área.

A definição do entorno requer compreender a história, a evolução e o caráter dos arredores do bem cultural. Trata-se de um processo que deve considerar múltiplos fatores, inclusive a experiência de aproximação ao sítio e ao próprio bem cultural.

A instrução de tombamento do imóvel define como área de entorno a

ser recuperada e preservada, mantendo um mínimo de ambiência ao bem tombado, a quadra onde se situa o imóvel e quadras vizinhas, sendo definida conforme desenho.

Nesta área é definido um gabarito máximo de dois pavimentos, ou sete metros de altura, para as novas edificações que vierem a se implantar nas quadras vizinhas ao imóvel tombado.

É recomendada a desapropriação de parte das residências construídas na quadra original, a fim de devolver ao imóvel a sua ambiência original.

No entorno também é recomendado o tratamento adequado das áreas verdes e a devida manutenção e preservação da vegetação existente, sobre-

tudo das árvores centenárias, a fim de valorizar o imóvel e integrá-lo ao espaço público.

4.2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Como já dito anteriormente, apesar de não constituir referencial arquitetônico, a casa onde viveu Rachel de Queiroz tem grande importância histórica e simbólica para a cidade, além de localizar-se próxima à grande área verde e recurso hídrico. Forma, portanto, um conjunto de interesse a ser desfrutado pela população. Entretanto, apesar de ainda pouco valorizado, esse conjunto, através de movimentos como o “Movimento Pró-Parque Rachel de Queiroz”, que luta pela criação de um parque urbano que envolve a recuperação, conservação e proteção de um conjunto de ecossistemas ambientais urbanos, mostra a crescente preocupação da cidade com a memória e a criação de espaços públicos de qualidade.

A elaboração de um mapa de danos é documento extremamente necessário para a concepção de um projeto de restauro. É através desse que podemos ter uma visão completa do estado de conservação do imóvel trabalhado e, conseqüentemente, ter um maior controle sobre suas mudanças. Foi, portanto, constatado que a antiga residência da escritora precisa de amplos reparos, pois essa se encontra em péssimo es-

tado de conservação, sobretudo no que se refere à sua coberta, que se encontra bastante modificada com a complementação de outro tipo de telha e com seu madeiramento comprometido.

Depois de reconhecidas todas as modificações e os reparos necessários, é através da hipótese de restauro, que segue as recomendações das cartas patrimoniais, que temos uma orientação de como cada elemento do imóvel deve ser trabalhado a fim de resgatar sua forma original.

Por último, a definição de uma área de entorno é bastante importante para ter um maior controle legal das modificações que ocorrem próximas ao imóvel, pois tem como objetivo preservar a sua ambiência e impedir que novos elementos obstruam ou reduzam sua visibilidade.

Todas as ações aqui propostas são, portanto, entendidas como de urgente adoção para a requalificação do imóvel. O êxito do empreendimento só será garantido com o cumprimento de todas as recomendações aqui estabelecidas e o acompanhamento rigoroso dos trabalhos.

4.3 Programa de Necessidades:

O programa de necessidades para o projeto aqui tratado se estrutura em duas etapas. Primeiramente serão feitos estudos de prospecções para o restauro da antiga residência da escritora Rachel de Queiroz, a fim de torná-la mais próxima da sua forma inicial. Posteriormente será construído um anexo que acrescentará novos usos ao da residência.

Após realizado todos os estudos de prospecções, tais como os estudos da planta original, das fachadas, dos materiais e da estrutura, a casa será transformada em espaço museológico e trará exposições sobre a vida da escritora. Os cômodos da residência serão mobiliados de acordo com a época em que a escritora viveu, buscando assim uma maior aproximação do visitante com a realidade da escritora.

Para o edifício anexo serão criadas salas administrativas, auditório para possíveis eventos, café/bar, área para exposições temporárias e biblioteca específica das obras da Rachel de Queiroz, buscando transformar o prédio em uma referência para pesquisas sobre a escritora.

PROGRAMA DE NECESSIDADES		ÁREA(m ²)
CASA RAQUEL DE QUEIROZ		260,31
QUARTO CASAL		21,66
QUARTO FILHOS		22,2
SALA DE ESTAR		20,2
COZINHA		16,81
REFEIÇÕES		39,72
DESPEJO		40,85
VARANDA		98,87

Por se tratar de um projeto localizado em terreno relativamente pequeno e por ter como objetivo o atendimento principalmente à população local, trata-se de um programa de necessidades não muito extenso. A seguir é mostrada tabela com os ambientes que o compõem e suas áreas específicas.

PROGRAMA DE NECESSIDADES		ÁREA(m ²)
ANEXO		1491,94
ADMINISTRAÇÃO		117,8
	RESTAURO	12,26
	SALA DE TRABALHO	18,22
	SECRETARIA/TESOURARIA	11,25
	DEPÓSITO	3,16
	SEGURANÇA	4,5
	ALMOXARIFADO	8,87
	COPA	8,75
	DESPENSA	1,8
	DIRETORIA	12,6
	WC DIRETORIA	3
	RECEPÇÃO DIRETORIA	10,8
	REUNIÃO	10,25
	CURADORIA	12,34
BANHEIROS		64,4
	WC FEMININO (2x)	25,9
	WC MASCULINO (2x)	25,9
	WC CADEIRANTE FEMININO (2x)	6,3
	WC CADEIRANTE MASCULINO (2x)	6,3
VESTIÁRIOS		27,3
	VESTIÁRIO FEMININO	13,65
	VESTIÁRIO MASCULINO	13,65
CAFÉ/BAR		156,61
	COPA	11,4
	ÁREA REFEIÇÕES	136,01
	BAR	9,2
LOJA		29,88
AUDITÓRIO		247,32
	CÁVEA	171,24
	PALCO	15,14
	DEPÓSITO GERAL	19,93
	DML	4,7
	COPA	6,25
	SALA TÉCNICA	7,5
	FOYER	10,6
	ANTESSALA	11,96
BIBLIOTECA		491,27
	SALA BIBLIOTECÁRIA	10,12
	WC BIBLIOTECÁRIA	2,88
	GUARDA VOLUMES	3,6
	LIVROS RAROS	36,76
	MEDIATECA	47,46
	PESQUISA	2,52
	SALAS DE LEITURA EM GRUPO	34,67
	SALA DE LEITURA INDIVIDUAL	353,26
EXPOSIÇÕES		357,36
	SALA MULTIUSO	37,26
	SALA MULTIMÍDIA	37,48
	ACERVO	34,85
	DML	5,47
	EXPOSIÇÃO	242,3

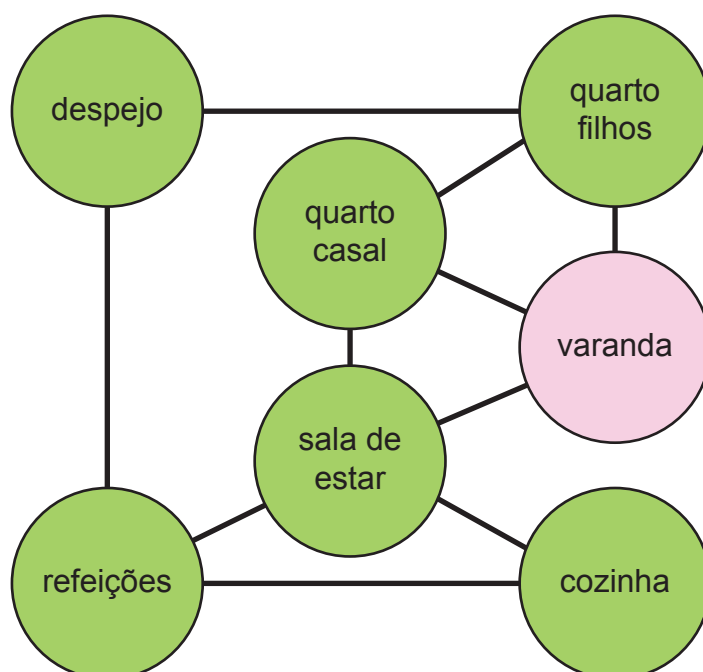
Figura 37: Programa de necessidades para o projeto.
Fonte: Elaborado pela autora.

4.4 Fluxograma:

Para melhor entendimento do projeto, foram elaborados os fluxogramas da casa e do anexo (térreo e primeiro pavimento), contendo seus ambientes principais e as conexões entre os mesmos.

Fluxograma Casa Rachel de Queiroz

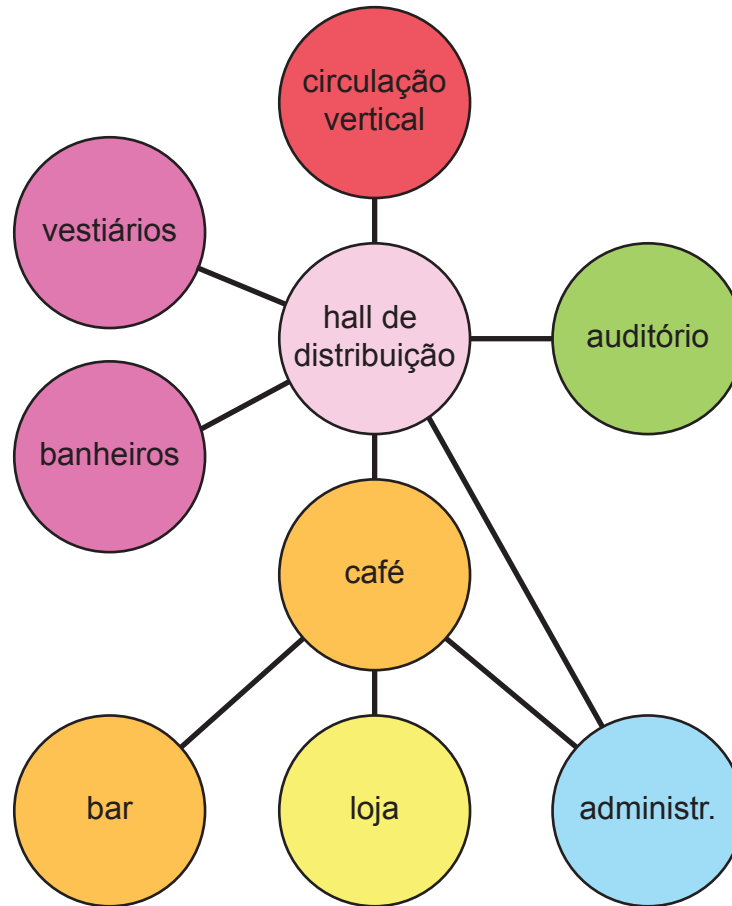
Figura 38: Fluxograma imóvel tombado.
Fonte: Elaborado pela autora.



- Circulação vertical
- Distribuição
- Apoio/Serviço
- Alimentação
- Comércio
- Administração
- Visitação

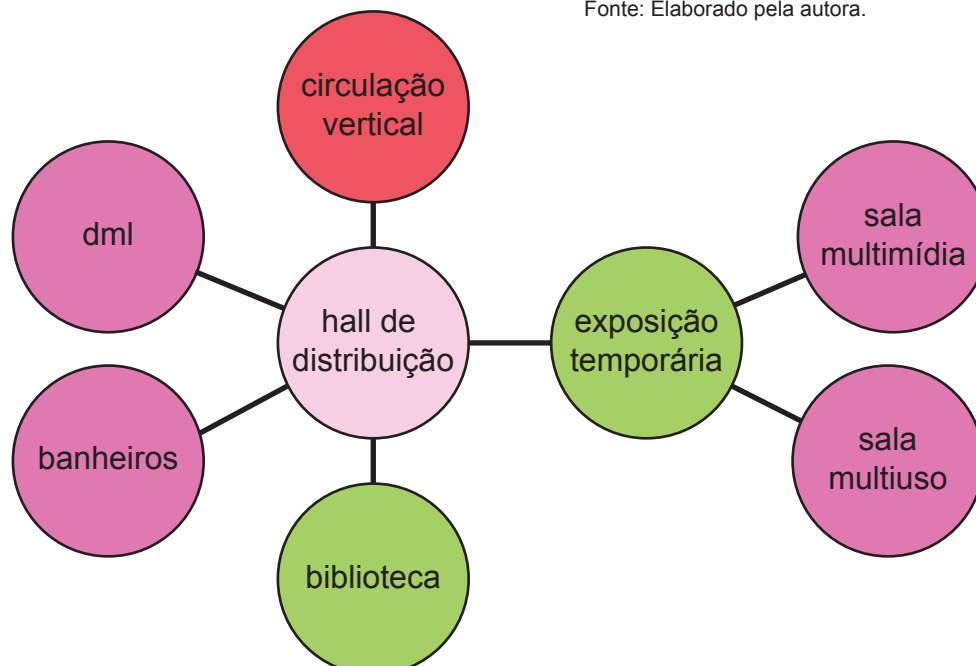
Fluxograma Anexo Térreo

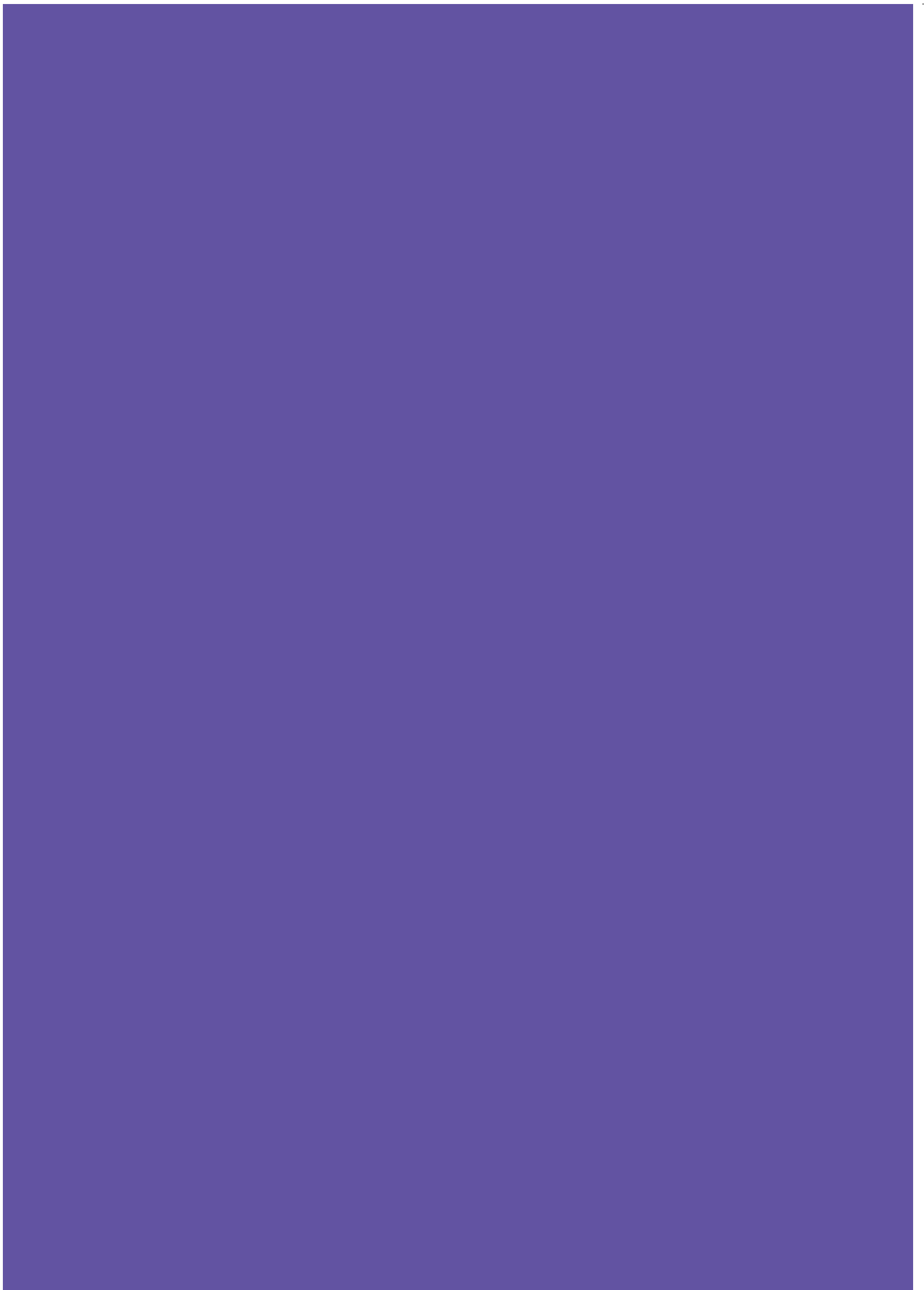
Figura 39: Fluxograma prédio anexo.
Fonte: Elaborado pela autora.



Fluxograma Anexo Pavimento 1

Figura 40: Fluxograma prédio anexo.
Fonte: Elaborado pela autora.





capítulo 5



5.1 Projeto:

5.1.1 PARTIDO ARQUITETÔNICO:

Primeiramente, para atendimento do programa de necessidades, foi necessária a desapropriação dos lotes vizinhos, quatro ao todo, de forma a ampliar o terreno, garantindo condições satisfatórias para a adequabilidade dos espaços, cumprimento da legislação urbana e recomendações patrimoniais. Em contrapartida à desapropriação, será necessário garantir aos proprietários uma compensação adequada por parte da prefeitura, de modo a não haver nenhum conflito de interesses econômicos e imobiliários.

O projeto resume-se a dois volumes: casa e anexo. A casa é dedicada à vida da escritora. Sua antiga residência é o que nos vincula aos modos de vida e costumes da época. Para tal, foi elaborado o projeto de restauro do imóvel tombado seguindo as recomendações anteriormente apresentadas no mapa de danos.

Para o anexo foi trabalhado o conceito de “pano de fundo”, ou seja, o prédio enquadra-se como uma moldura para a casa tombada. Sua forma curva é como um “gesto” de acolhimento para a antiga residência. Sendo assim, a volumetria e a composição das fachadas foram resultantes de uma intenção em valorizar o bem patrimonial.

O imóvel tombado, como já ci-

tado, encontra-se inclinado em relação ao lote, estabelecendo um ângulo de 15°30'55” com relação ao alinhamento da Rua Antônio Ivo. Essa peculiaridade possibilitou a criação de fachadas diferenciadas no prédio anexo. A fachada curva, que é vista pela Rua Antônio Ivo, é resultado, como já foi comentado, de um gesto de acolhimento, enquanto que a fachada que acontece na Rua Noel Rosa tem um caráter mais racional, menos espontâneo, sem deixar de ser convidativa.

O prédio anexo encosta nos muros de alvenaria dupla, criando um pano de fundo para o imóvel tombado, dando a impressão de muro e prédio serem um só elemento. Obedece aos afastamentos estabelecidos pela legislação, assim como aos índices indicados pela mesma. Pelo PDP de Fortaleza (2009), o gabarito da nova edificação poderia se estender até os 48m, entretanto, pelas recomendações relativas às construções próximas ao bem patrimonial, foi estabelecido que a nova edificação não devesse ultrapassar o gabarito do imóvel trabalhado, ou seja, algo em torno de dois pavimentos. Com a intenção de não ultrapassar o gabarito do bem patrimonial e tentar ao máximo trabalhar o anexo na menor altura possível, o projeto tomou partido dos 2,04 metros de desnível do terreno, no sentido das ruas Antônio Ivo para a Noel Rosa. Esse desnível contribuiu para que praticamente um pavimento surgisse na altura de

cada rua. O caimento do terreno também favoreceu a criação de diversos planos de visualização do bem tombado, assim como acontece no projeto da “Casa da Cultura do Sertão”, mostrado nos estudos de caso.

Suas aberturas, assim como no projeto de Aires Mateus para o lar de idosos (ver estudos de caso), dão unidade ao projeto, transformando as fachadas em “tecidos”, “rendilhados”, que conferem ao projeto o caráter de coadjuvante, entretanto sem perder a beleza que advém de sua simplicidade.

Em relação à espacialização do programa de necessidades, localizam-se no térreo (nível da Rua Noel Rosa) a área administrativa, o café/bar, a loja de produtos relacionados à escritora, o auditório e suas salas de apoio, os banheiros e os vestiários. No andar acima estão as áreas que requerem maior silêncio, que são: a área expositiva de caráter temporário, incluindo as salas multimídia e multiuso, e a biblioteca de pesquisa de estudos sobre a vida e a obra da escritora.

Os acessos se dão pelas duas vias, entretanto o principal ocorre pela Rua Antônio Ivo, enquanto que a Rua Noel Rosa é destinada para quem deseja estacionar seu veículo. O acesso de eventuais cargas e descargas relacionadas à área de exposição temporária se dá também pela Rua Noel Rosa, pela rampa entre as vagas de carros e

as jardineiras. O acesso pela Antônio Ivo é elevado em relação ao restante do terreno, mantendo o nível de referência interno da casa. A transição do plano da casa para o plano do anexo é feita a partir da rampa e da escadaria do anfiteatro. O nível para saída de emergência do auditório ocorre a 2,54m abaixo do piso da casa, 50cm abaixo do piso da Rua Noel Rosa, isso ocorre devido ao desnível do piso do auditório, que desce 10 cm a cada fileira. O acesso para a porta de emergência do auditório é feito através de rampa e escada.

A proposta de projeto se baseia em um edifício “aberto”, não impedindo o acesso ao público em geral, sem barreiras físicas à sua utilização. Sabe-se que a esse tipo de decisão arquitetônica está atrelada ao problema da segurança, entretanto a providência de segurança é muito mais uma questão de envolvimento social que de sua exclusão através de muros. A participação da população, desde a luta pelo tombamento do imóvel até mesmo a participação em projetos sociais promovidos pela administração do edifício após sua construção, garantem o envolvimento da comunidade e diminuem os riscos de depredação dos imóveis. A garantia extra de segurança é promovida com a contratação de vigilância.

Visando garantir o conforto ambiental, foi proposto um edifício anexo sem portas pelos seus dois acessos

pelo térreo, permitindo assim a ventilação cruzada. Seu acesso principal se dá por um vão em forma arredondada, seguindo a linha de desenho da fachada. Por esse vão de acesso é garantida a entrada de ventilação e iluminação natural, além de proporcionar uma bela vista para a antiga residência da escritora. A inserção das janelas que compõem a fachada do prédio anexo proporcionam, além da iluminação natural, novas perspectivas para visualização do imóvel tombado. O muro baixo (2,10m) da fachada voltada para a Rua Noel Rosa contém uma composição de aberturas que permite a visualização para o lado do poente e a ventilação cruzada.

5.1.2 MATERIAIS:

Os materiais escolhidos para o paisagismo foram grama, seixo rolado e piso do tipo placa de concreto poroso, todos esses de caráter drenante, devido à área ser passível de alagamento, já que o terreno é próximo de um recurso hídrico. A grama foi escolhida para compor o terreno que se encontra no nível da casa e no jardim voltado para a Rua Noel Rosa. As placas de concreto poroso formam os caminhos de percurso do visitante, assim como a área para eventos no anfiteatro, embora apareçam em cores diferentes. O seixo rolado está inserido na área relativa ao anfiteatro e próximo à fachada do anexo, atrás da antiga residência da escritora. O último degrau da escadaria do anfiteatro trans-

forma-se em jardineira quando encosta-se à rampa e esta é trabalhada com vegetações típicas do sertão, como, por exemplo, a palma, a coroa de frade, o xiquexique, o mandacaru etc. A composição da vegetação típica do sertão nordestino com uma pavimentação “seca” (concreto poroso e seixo rolado) dão à área um caráter árido, típico dos cenários das histórias que Rachel escrevia. O desenho paisagístico se baseia em formas curvilíneas, mantendo o caráter orgânico da fachada voltada para o nascente.

Os pisos que revestem as edificações são: tijoleira, mosaico e cimento queimado. As tijoleiras e mosaicos compõem, respectivamente, a varanda e os cômodos internos do bem tombado. A escolha da composição e da forma desses materiais deve ser de acordo com as já existentes no local, havendo informações sobre as peças originais e as peças restauradas ou adquiridas de fácil acesso aos visitantes. O prédio anexo tem seu piso revestido em cimento queimado, tanto no pavimento térreo quanto no pavimento superior, com exceção do piso do auditório, revestido com carpete. Material capaz de absorver ondas sonoras, o carpete atua como barreira à passagem de ruídos externos para o ambiente interno e vice-versa, além de alguns possuírem propriedades do tipo resistência a manchas, sujeiras, abrasão, ao amassamento e serem bons isolantes térmicos e resistentes ao fogo.

Para revestimento das paredes do imóvel tombado, a escolha de uma tintura à base de cal nos remete à prática que era bastante utilizada na época que a escritora residiu no bem histórico. As vantagens dessa tintura são: baixo custo; alta disponibilidade no mercado; facilidade na aplicação; permite a parede “respirar”, pois não fecha seus poros como as tintas sintéticas; e a não emissão de compostos orgânicos voláteis (COV's) no ar, prejudiciais à saúde. Para o revestimento das fachadas do prédio anexo foi escolhida a tinta acrílica que, por ter uma natureza mais elástica, permite a expansão e contração com facilidade, conservando-se melhor sob a ação de intempéries e mudanças de temperatura, fato esse que facilita sua utilização em exteriores e áreas molhadas. Para revestimento interno do edifício anexo a tinta látex PVA mostrou-se adequada, sendo bastante comum sua utilização em áreas internas. As maiores vantagens dessa tinta (PVA) são: preço acessível, facilidade de manuseio e secagem rápida. Para revestimento das paredes e forramento do auditório foram escolhidos revestimentos acústicos do tipo painel de madeira perfurada, conciliando a elegância da madeira ao elevado desempenho acústico.

No bem tombado não foi trabalhado nenhum tipo de forro. A cobertura é aparente. Quanto ao prédio anexo, no pavimento térreo a existência de forro se dá somente na área administrativa,

no auditório, nos banheiros e nos vestiários, enquanto que todo o restante do pavimento tem a laje nervurada aparente. Entretanto, o pavimento acima, que abriga biblioteca e espaço expositivo, foi inteiramente forrado com chapas de gesso removíveis revestidas com película em PVC. Entre os pontos fortes desse tipo de forramento estão: a facilidade de acesso a dutos e instalações no entreforro, a capacidade de vencer grandes vãos, a facilidade de limpeza e o fato de serem mais leves que os forros normais, facilitando o transporte e a instalação.

Pelo lado externo das janelas do prédio anexo foi escolhido vidro do tipo reflexivo, para que, assim como no projeto do edifício comercial Pátio Victor Malzoni, (ver estudos de caso) o prédio possa refletir o bem tombado, valorizando-o. Em relação às esquadrias da casa, serão feitas prospecções a fim de identificar as originais e as crescidas com o tempo. Algumas aberturas foram criadas para facilitar o acesso aos cômodos e todas elas se dão em madeira do tipo ficha.

5.1.3 ESTRUTURA:

No projeto de restauro da antiga residência da escritora foram adicionados três pilares que tentam seguir o espaçamento dos pilares já existentes. As peças da cobertura serão reparadas, assim como sua forma original será reestabelecida (ver planta de demolir/cons-

truir).

Na estrutura do anexo a maioria dos pilares segue uma modulação de 10,80m por 8,40m, ambas as medidas múltiplas de 0,60m. A outra linha de pilares acompanha a curvatura da edificação anexa, tendo um espaçamento de 11m entre seus eixos quando chega ao auditório. As lajes são nervuradas e variam em três tamanhos: 25 cm, nos menores vãos; 28 cm, na maioria do prédio; e 37,5 cm, em um trecho do auditório.

A cobertura do edifício anexo é em laje nervurada impermeabilizada, com caimento de 3% no sentido das fachadas. Para o recolhimento das águas pluviais foram elaboradas reentrâncias, em laje maciça invertida, ao longo das fachadas. Essas águas, ao entrarem nesses “bolsões”, seguem para as calhas e depois passam por dentro de pilares, seguindo para uma cisterna que tem o objetivo de acumular essa água e utilizá-la, por exemplo, para a manutenção do jardim. O procedimento é o mesmo para a água da chuva que se deposita na caixa d'água.

5.1.4 PROJETOS COMPLEMENTARES:

Apesar de possibilitar a ventilação natural cruzada no pavimento superior, através do conjunto de janelas pivotantes existentes nas duas fachadas, foi proposta para o prédio anexo a utilização, quando necessária, de am-

bientes climatizados. Esse sistema de climatização artificial se dá por condicionadores de ar do tipo split que, apesar de requererem um maior espaço, são mais silenciosos e consomem cerca de 40% menos de energia que os modelos compactos. Esse tipo de aparelho é constituído de duas partes: a interna, chamada evaporadora, responsável por jogar o ar gelado no ambiente, e a externa, chamada condensadora, que realiza o processo de refrigeração. Para abrigar as unidades externas desses aparelhos, foi proposta no projeto uma plataforma metálica na cobertura. O acesso a essa plataforma é feito através de uma porta que se localiza no nível dos barriletes da caixa d'água.



5.2 Imagens do projeto:



Figura 41: Perspectiva geral do projeto.



Figura 42: Perspectiva anfiteatro.



Figura 43: Perspectiva fachada ponte.



Figura 44: Perspectiva fachada poente.



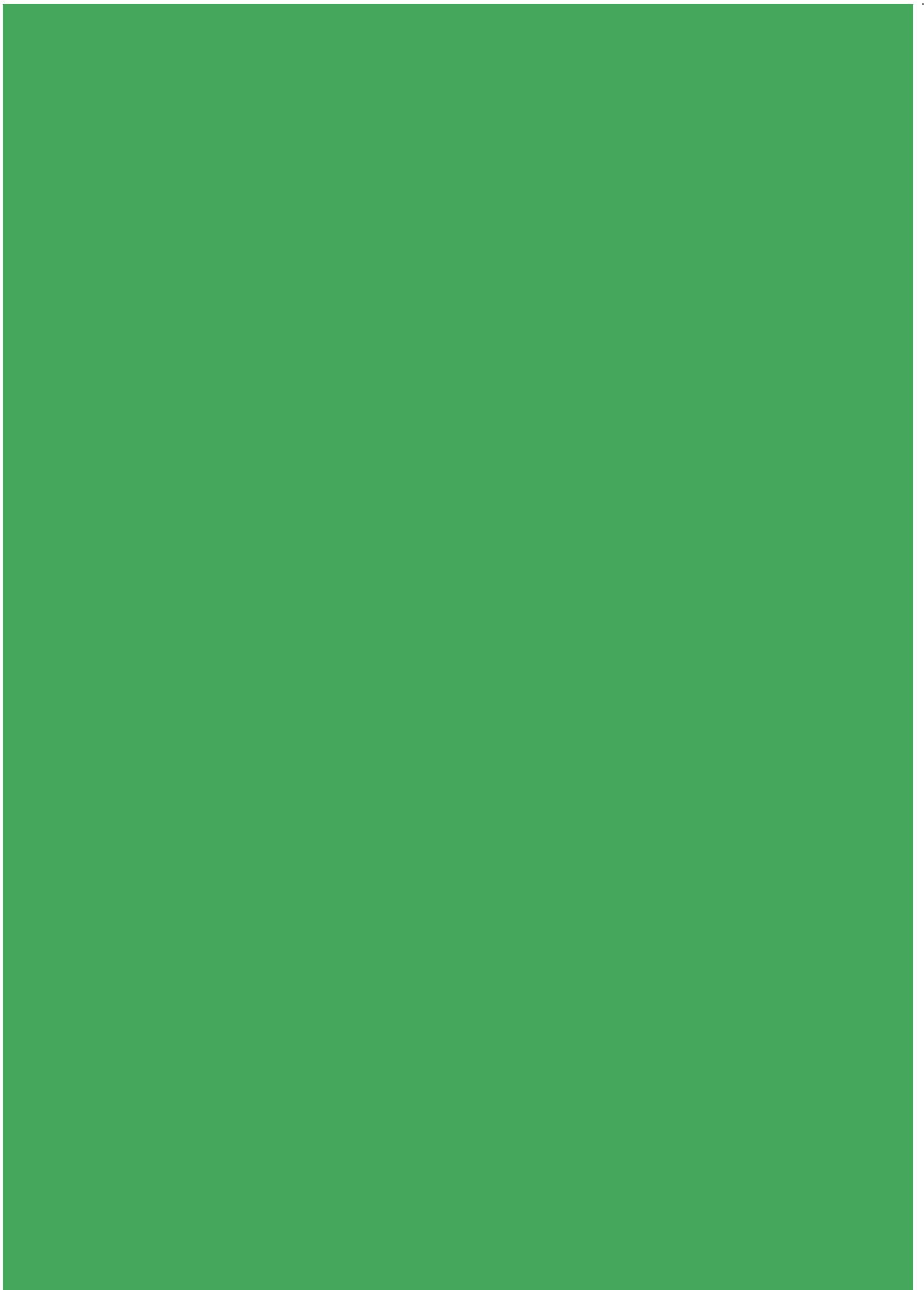
Figura 45: Perspectiva fachada nascente.



Figura 46: Visão interna exposição temporária.



Figura 47: Visão interna café/bar.



capítulo 6



6.1 Considerações Finais:

É notório o fato das cidades transformarem-se rapidamente. Sendo assim, a ameaça ao desaparecimento do patrimônio edificado e, conseqüentemente, da herança cultural de uma cidade, são cada vez mais presentes. Portanto, medidas de proteção aos bens culturais edificados são cada vez mais necessárias.

A ação do tombamento, apesar de ser bastante importante como medida inicial de proteção ao bem, não pode ser desassociada das práticas do restauro e requalificação. Pela falta de projetos dessa natureza, há o risco do bem patrimonial ser depredado, possibilitando situações como a recente intervenção de artistas plásticos no Farol do Mucuripe, fato esse que gerou muitas críticas.

A antiga casa onde residiu a escritora Rachel de Queiroz sofreu diversas alterações ao longo dos anos e, mesmo com o tombamento, não foram tomadas medidas que a preservassem.

O projeto desenvolvido neste trabalho apresenta-se como solução ao descaso que o imóvel sofreu durante anos e busca desenvolver projeto de restauro e adaptação do imóvel a outros usos, conciliando preservação da memória, da literatura e da arquitetura, às necessidades de equipamentos públicos de cunho cultural no bairro.

A pesquisa bibliográfica teve

grande importância para o entendimento da questão patrimonial e para a adoção dos conceitos utilizados no projeto. Buscou-se assim, nas decisões arquitetônicas, destacar e valorizar o imóvel tombado das mais variadas formas, desde o trabalho de restauro à forma de implantação e composição das fachadas do prédio anexo.

6.2 Referências:

- [1] QUEIROZ, R.; QUEIROZ, M. L. **Tantos anos: uma biografia**. 4ª ed. São Paulo: Arx, 2004.
- [2] Prefeitura tomba casa onde morou Raquel de Queiroz. **Defender: Defesa Civil do Patrimônio Histórico**. Cachoeira do Sul, 18 nov. 2009. Disponível em: <<http://defender.org.br/2009/11/18/prefeitura-tomba-casa-onde-morou-rachel-de-queiroz/>>. Acesso em: mai. 2013.
- [3] LUSO, E. C. P. LOURENÇO, P. B. ALMEIDA, M. G. Breve história da teoria da conservação e do restauro. **Revista Engenharia Civil (REC)**. Guimarães, nº 20, mai. 2004. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2554/1/Pag%2031-44.pdf>>. Acesso em: mai. 2013.
- [4] OLIVEIRA, R. P. D. O idealismo de Viollet-le-Duc. **Vitruvius**, nº 87, ano 08, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.087/3045>>. Acesso em: mai. 2013.
- [5] OEA. Normas de Quito. Quito: 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>. Acesso em: mai. 2013.
- [6] CAPELO, D. A.; GARCIA, M. F. Vila economizadora: a memória urbana preservada. **Espaço e Debates: revista de estudos regionais e urbanos**. São Paulo: Cortez Editora, nº 04, ano 01, dez. 1981.
- [7] SAMPAIO, S. **Memórias do patrimônio**. São Paulo: Scortecci, 2007.
- [8] SANTOS, M. C. T. M. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.
- [9] BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Editor, 1979.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CIAM. Carta de Atenas. Atenas: 1933, – Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: mai. 2013.

ICOMOS. Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural. Xi'an: 2005. Disponível em : <<http://www.icomos.org/xian2005/xian-declaration-por.pdf>>. Acesso em: mai. 2013.

ICOMOS. Carta de Veneza. Veneza: 1964. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf>. Acesso: mai. 2013.

ICOMOS. Carta de Burra. Burra, Austrália: 1980. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=251>>. Acesso em: mai. 2013.

Fortaleza. Decreto nº 11965, de 11 de janeiro de 2006. Dispõe sobre o tombamento histórico e cultural da casa de Rachel de Queiroz.

Sites:

Movimento Pró-Parque Rachel de Queiroz. Disponível em: <<http://www.parqueracheldequeiroz.org>> Acesso em: mai. 2013.

Wikipédia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: mai.2013.

Vitruvius. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: mai.2013.

Releituras. Disponível em: <<http://www.releituras.com>>. Acesso em: mai.2013.

Iphan. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>> Acesso: mai.2013.

